

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE E LAZER.**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LEI Nº 025, DE 23 DE JUNHO DE 2015.**

JUNHO/2015

VALTER PEREIRA DA ROCHA

Prefeito

DYANA APARECIDA MAZZER

Vice-Prefeita

MARIA DE LURDES MADRONA MORETTO

Secretária Municipal de Educação

APARECIDO DELFINO DOS SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores

ANTONIO GOMES

CLEVERSON FRANCISCO DAS CHAGAS

ELIZEU MOREIRA PINTO

EUCLIDES DOS SANTOS

GEREMIAS CAETANO DE NOVAIS

JOSE VICTOR DOMINGOS

LUIZ DOS SANTOS VARANDAS

NELSON TOTH

PERCIVAL PRETTI

RUBENS RODRIGUES DE ALMEIDA

Vereadores

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRUZEIRO DO OESTE

COORDENAÇÃO GERAL

LUCIANE MANZINI SASS

COMISSÃO COORDENADORA

ANA PAULA NOCKO
CLAUDIA REGINA RAMOS
CREUZA RODRIGUES DA SILVA VILELA
EDNA DE SIMONE FALEIRO
IRMÃ CLEI DE FÁTIMA CAMPANHA DOS SANTOS
IZAMARA AMADO DE MOURA
JULIANA CINTIA NUNES
LUCIANE MANZINI SASS
LUIZ VARANDAS
MÁRCIA APARECIDA SANTANA
MARIA DE LURDES MADRONA MORETTO
MARIA DO CARMO ALMEIDA
MARTA BARROS DA SILVA

EQUIPE TÉCNICA

CIRLEI APARECIDA DA SILVA SANTOS
FERNANDA SILVA GUIMARÃES RUBIAS
HELLEN FABIANNE FETTER
LOURDES DA SILVA PASCOALOTO
LÚCIA FERNANDA DA SILVA BRANDANI
LUCIANA DUARTE GUILHERME
MARIA FLORINDA SANTOS RISSETO
MARISA CASSEMIRO
MARLY DE LARA PINTO
RICARDO BRANDANI

CONSULTORIA

GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
LISTA DE TABELAS	11
LEI Nº 025/2015	15
I - APRESENTAÇÃO	17
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	19
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	19
1.1 Localização.....	19
1.2 Municípios Limítrofes.....	19
1.3 Organização Político-Administrativa.....	19
1.4 Principais Rodovias de Acesso.....	19
1.5 Principais Distâncias.....	19
1.6 Clima.....	20
1.7 Hidrografia.....	20
1.8 Relevo.....	21
1.9 Solo.....	21
1.10 Vegetação.....	21
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	21
2.1 Fundação.....	21
2.2 Significado do Nome.....	21
2.3 Símbolos Municipais.....	22
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	23
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	25
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	26
5.1 Feriados Municipais.....	26
5.2 Principais Eventos Culturais.....	27
5.3 Principais Esportes Praticados.....	27
5.4 Principais Estabelecimentos Socioculturais.....	27
5.5 Sítio Paleontológico.....	27
6. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	29
III - DIAGNÓSTICOS	33
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	33
1.1 Atendimento.....	33
1.2 Infraestrutura.....	34
1.3 Recursos Humanos.....	37
1.4 Gestão.....	38

1.4.1 Rede municipal de ensino.....	38
1.4.2 Rede particular de ensino.....	39
1.5 Considerações Finais.....	39
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	44
2.1 Atendimento.....	44
2.2 Infraestrutura.....	45
2.3 Recursos Humanos.....	47
2.4 Indicadores Educacionais.....	50
2.5 Gestão.....	53
2.6 Considerações Finais.....	55
2.6.1 Avanços – rede municipal de ensino.....	55
2.6.2 Problemas – rede municipal de ensino.....	56
2.6.3 Avanços – rede estadual de ensino.....	56
2.6.4 Problemas – rede estadual de ensino.....	56
2.6.5 Avanços e problemas – rede particular de ensino.....	57
3. ENSINO MÉDIO.....	58
3.1 Oferta.....	58
3.2 Recursos Humanos.....	58
3.3 Desempenho dos Alunos.....	59
3.4 Considerações Finais.....	59
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	61
4.1 Oferta.....	61
4.2 Infraestrutura.....	63
4.3 Docentes.....	65
4.4 Índices de Evasão dos Acadêmicos.....	65
4.5 Parcerias.....	66
4.6 Estágios.....	66
4.7 Dados Complementares.....	66
4.8 Considerações Finais.....	67
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	70
5.1 Oferta.....	70
5.2 Considerações Finais.....	71
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	72
6.1 Perfil da Situação Empregatícia do Município.....	72
6.2 Formação e Qualificação Profissional.....	75
6.3. Considerações Finais.....	79
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	80
7.1 Instituição Especializada.....	80
7.1.1 Dados gerais sobre a instituição.....	80
7.1.2 Infraestrutura.....	81
7.1.3 Recursos humanos.....	82
7.1.4 Projetos.....	82
7.1.5 Transporte escolar.....	83
7.1.6 Convênios.....	83
7.1.7 Considerações finais.....	83
7.2 Atendimento no Ensino Regular.....	84
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	88
9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	90
9.1 Financiamento.....	90

9.2 Gestão da Educação Pública Municipal.....	92
9.2.1 Órgão Municipal de Educação.....	92
9.2.2 Orçamento do Órgão Municipal de Educação.....	93
9.2.3 Organização da rede municipal de ensino.....	94
9.2.4 Gestão da rede municipal de ensino.....	95
9.2.5 Órgãos colegiados.....	96
9.2.6 Projetos em andamento.....	97
9.2.7 Programas suplementares.....	98
9.2.8 Tecnologias educacionais.....	101
9.2.9 Considerações finais.....	104
IV - METAS E ESTRATÉGIAS.....	106
V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	126
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	128
SITES CONSULTADOS.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACICO	Associação Comercial e Industrial de Cruzeiro do Oeste
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
ARCO	Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Cruzeiro do Oeste
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
CAQi	Custo Aluno-Qualidade inicial
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CME	Conselho Municipal de Educação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
COBRASA	Companhia Sul Brasileira de Colonização
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESIMPAR	Enciclopédia Simbólica Municipalista Paranaense
Expocea	Exposição do Colégio Estadual Anchieta
FACO	Faculdade de Cruzeiro do Oeste
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GESAC	Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NRE	Núcleo Regional de Educação

NTM	Núcleo Tecnológico Municipal
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIA	Programa de Inseminação Artificial
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROE	Programa de Complementação Educacional
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSE	Programa Saúde na Escola
PSS	Processo Seletivo Simplificado
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPA	Recibo de Pagamento a Autônomo
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná
SOBAICO	Sociedade Beneficente de Apoio aos Idosos de Cruzeiro do Oeste
SUS	Serviço Único de Saúde
TIC	Tecnologia de Informática e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnC	Universidade do Contestado
UNDIME-PR	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa das principais vias de acesso.....	20
Figura 2.	Brasão de Armas Municipal.....	22
Figura 3.	Foto do Museu Dr. Carlos dos Anjos.....	27
Figura 4.	Fotos do Sítio Paleontológico de Cruzeiro do Oeste.....	28
Figura 5.	Mascote “Cruzeirito”	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	População do Município, 1970/2010.....	24
Gráfico 2.	População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2010.....	24
Gráfico 3.	Pirâmide Etária, 2010.....	25
Gráfico 4.	Produto Interno Bruto per Capita, 2009 – 2011.....	26
Gráfico 5.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010.....	26
Gráfico 6.	Perfil da População por nível de instrução, 2010.....	32
Gráfico 1.1.	Matrículas da Educação Infantil por faixa etária, 2015..	33
Gráfico 1.2.	Matrículas da Educação Infantil por rede de ensino, 2015.....	34
Gráfico 2.1.	Matrículas do Ensino Fundamental por rede de ensino, 2015.....	44
Gráfico 2.2.	Percentual de atendimento do ensino fundamental, 2015.....	45
Gráfico 2.3.	Formação dos Profissionais do Magistério (docentes e suporte pedagógico) que atuam nas instituições de Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2015.....	49
Gráfico 2.4.	Formação dos Profissionais de Apoio à Educação (secretário escolar, merendeira, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, servente, zeladora e guarda noturno) que atuam nas instituições de Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2015.....	49
Gráfico 2.5.	IDEB da Rede Pública – anos iniciais, 2007-2021.....	50
Gráfico 2.6.	IDEB da Rede Pública – anos finais, 2007-2021.....	51
Gráfico 6.1.	Admissões e Desligamentos no Município.....	72
Gráfico 8.1.	Tempo de Serviço dos docentes no magistério público municipal, 2015.....	88
Gráfico 9.1.	Movimento dos Recursos do FUNDEB, 2009 – 2014....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Estabelecimentos por setor, 2015.....	25
Tabela 2.	Instituições de Ensino existentes no Município, 2015...	29
Tabela 3.	Infraestrutura das Instituições de Educação Básica, 2015.....	31
Tabela 4.	Infraestrutura das Instituições de Educação Superior, 2015.....	31
Tabela 1.1.	Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil, 2015.....	33
Tabela 1.2.	Evolução das Matrículas da Educação Infantil, 2011 – 2015.....	34
Tabela 1.3.	Infraestrutura das Instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015.....	35
Tabela 1.4.	Equipamentos e Materiais Permanentes das instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015.....	35
Tabela 1.5.	Recursos Humanos para o atendimento da Educação Infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	37
Tabela 1.6.	Recursos Humanos para o atendimento da Educação Infantil na rede particular de ensino, 2015.....	38
Tabela 1.7.	Considerações finais com relação à Educação Infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	40
Tabela 1.8.	Considerações Finais com relação à Educação Infantil na rede particular de ensino, 2015.....	43
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015.....	44
Tabela 2.2.	Evolução das Matrículas do Ensino Fundamental, 2011 – 2015.....	45
Tabela 2.3.	Infraestrutura das Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015.....	46
Tabela 2.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015.....	46
Tabela 2.5.	Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	48
Tabela 2.6.	Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	48
Tabela 2.7.	Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede privada de ensino, 2015.....	48
Tabela 2.8.	Rendimento e Movimento Escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	50
Tabela 2.9.	IDEB's observados e metas projetadas para as instituições públicas que ofertam o Ensino Fundamental, 2007 – 2021.....	51

Tabela 2.10.	Dados sobre o IDEB, por instituição educacional.....	52
Tabela 2.11.	Dados sobre Proposta Pedagógica, por instituição de ensino.....	53
Tabela 2.12.	Projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino da rede municipal.....	53
Tabela 2.13.	Projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino das redes estadual e particular.....	54
Tabela 2.14.	Dados sobre Conselho Escolar, por rede de ensino.....	55
Tabela 2.15.	Ações desenvolvidas pelas instituições de ensino.....	55
Tabela 3.1.	Evolução das Matrículas do Ensino Médio, 2011 – 2015.....	58
Tabela 3.2.	Recursos Humanos para o atendimento do Ensino Médio, 2015.....	58
Tabela 3.3.	Taxas de aprovação, reprovação e evasão dos alunos do Ensino Médio regular, 2013 – 2014.....	59
Tabela 3.4.	Taxas de aprovação, reprovação e evasão dos alunos do Ensino Médio, Normal e Profissional, 2013 – 2014.....	59
Tabela 4.1.	Cursos de Graduação ofertados pelo Polo Regional de Apoio Presencial da UAB de Cruzeiro do Oeste, 2015.....	61
Tabela 4.2.	Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Polo Regional de Apoio Presencial da UAB de Cruzeiro do Oeste, 2015.....	62
Tabela 4.3.	Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Centro Universitário Tupy – Unisociesc, 2015.....	62
Tabela 4.4.	Cursos de Graduação ofertados pela FACO, 2014.....	63
Tabela 4.5.	Cursos de Pós-Graduação ofertados pela FACO, 2014.....	63
Tabela 4.6.	Infraestrutura do Polo Regional de Apoio Presencial da UAB de Cruzeiro do Oeste, 2015.....	64
Tabela 4.7.	Infraestrutura do Centro Universitário Tupy – Unisociesc, 2015.....	64
Tabela 4.8.	Infraestrutura da FACO, 2015.....	65
Tabela 4.9.	Índices de Evasão na Educação Superior, por instituição de ensino, 2011 – 2014 (em %)......	65
Tabela 5.1.	Oferta da EJA, 2015.....	70
Tabela 5.2.	Evolução das Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015.....	70
Tabela 6.1.	Situação Empregatícia no Município, 2014 – 2015.....	72
Tabela 6.2.	Números de Empregos Formais em 31 de Dezembro de 2013.....	74
Tabela 6.3.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município no ano de 2014.....	76
Tabela 6.4.	Possíveis vagas de cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional que serão ofertados no Município, 2015 – 2016.....	77

Tabela 6.5.	Cursos ofertados pela Associação Comercial e Industrial de Cruzeiro do Oeste (ACICO), 2014 – 2015.....	78
Tabela 6.6.	Cursos ofertados pela APMI – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, 2014 – 2015.....	78
Tabela 6.7.	Cursos ofertados pelo PRONATEC, 2014 – 2015.....	78
Tabela 6.8.	Cursos ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, 2014 – 2015.....	79
Tabela 7.1.	Evolução do atendimento na Instituição Especializada, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015	80
Tabela 7.2.	Total de alunos atendidos na Instituição Especializada, 2015.....	80
Tabela 7.3.	Infraestrutura da Instituição Especializada, 2015.....	81
Tabela 7.4.	Recursos Humanos da Instituição Especializada, 2015.....	82
Tabela 7.5.	Atendimento de Técnicos, 2015.....	82
Tabela 7.6.	Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Instituição Especializada, 2015.....	83
Tabela 7.7.	Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2015.....	84
Tabela 7.8.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....	85
Tabela 7.9.	Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015.....	85
Tabela 7.10.	Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015.....	85
Tabela 7.11.	Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por rede de ensino, 2015.....	86
Tabela 8.1.	Profissionais do Magistério (docentes e suporte pedagógico) da rede municipal de ensino, 2015.....	88
Tabela 8.2.	Profissionais de Apoio à Educação da rede municipal de ensino, 2015.....	89
Tabela 9.1.	Despesas Municipais por função, 2012 – 2013.....	90
Tabela 9.2.	Recursos Aplicados em Educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	90
Tabela 9.3.	Despesas com Educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	91
Tabela 9.4.	Indicadores de Educação, 2013 – 2015.....	91

Tabela 9.5.	Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015.....	91
Tabela 9.6.	Movimento dos Recursos do FUNDEB, 2009 – 2015...	92
Tabela 9.7.	Comparativo entre o orçamento do órgão municipal de educação e o percentual de despesas, 2013 – 2015.....	94
Tabela 9.8.	Escolas da rede municipal que funcionam em regime de Tempo Integral, 2015.....	95
Tabela 9.9.	Órgãos Colegiados, 2015.....	97
Tabela 9.10.	Laboratórios de Informática, 2015.....	102



Prefeitura do Município de Cruzeiro do Oeste

Estado do Paraná

LEI Nº 025/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º São diretrizes do PME de Cruzeiro do Oeste:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII - Estabelecimento de estratégias que assegurem o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.

§ 1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação das estratégias estabelecidas neste Plano.



Prefeitura do Município de Cruzeiro do Oeste

Estado do Paraná

§ 2º A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

§ 3º O Poder Legislativo, por intermédio de seus integrantes, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º A primeira avaliação será realizada no segundo ano após a aprovação, e as posteriores a cada dois anos.

§ 2º Caberá ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes com vista à correção de deficiências e distorções.

Art. 5º O Poder Público Municipal, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, formado pelo Dirigente Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, estabelecerão os mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

Art. 6º Os planos plurianuais e as diretrizes orçamentárias do Município deverão ser elaborados de modo a dar suporte às estratégias constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e na progressiva realização das suas estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, em 23 de Junho de 2015.

VALTER PEREIRA DA ROCHA
Prefeito Municipal

I - APRESENTAÇÃO

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não tem alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais.”. (Augusto Cury)

Para uma verdadeira educação não basta apenas um bom planejamento, mas uma proposta de ensino com objetivos possíveis de serem alcançados e que traduzam as aspirações da sociedade para a tão almejada educação de qualidade.

Portanto, há que se estabelecer cada vez mais esforços no sentido de melhorar a qualidade da educação ofertada para que ela tenha força de interferir de forma positiva nas transformações que a sociedade necessita.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE), na forma da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelecendo que cada Município e Estado, por meio de lei específica, elaborassem ou adequassem seus planos de educação, reafirma o grande significado que tem a educação como vetor para o desenvolvimento humano.

Portanto, a construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Cruzeiro do Oeste, não se constitui na elaboração de um documento apenas para cumprir uma determinação legal, mas sim como instrumento que permitiu diagnosticar, analisar e repensar a trajetória da educação ofertada no Município, permitindo estabelecer metas e estratégias para um período de dez anos.

A preocupação com a educação é dever de todos os cidadãos e é por isso que este Plano foi elaborado contando com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil organizada, agentes públicos e privados e pessoas que integram diretamente ou indiretamente o processo educativo.

O PME de Cruzeiro do Oeste foi construído, observando-se as diretrizes estabelecidas no PNE:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

O sucesso deste PME, ora apresentado, está vinculado ao envolvimento de toda a sociedade e de todos os que contribuíram na sua elaboração, que deverá ocorrer por meio de um processo de acompanhamento e avaliação da sua execução, bem como a efetivação do regime de colaboração do Estado e da União com o Município. Desta forma, poderá tornar-se realidade a educação sonhada por todos.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização

O município de Cruzeiro do Oeste está localizado na região sul do Brasil, mais precisamente ao Noroeste do Estado do Paraná, a uma latitude de 23°47'06" Sul e longitude de 53°04'22" Oeste – Greenwich.

O seu território, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1996, possui uma superfície de 783,9 km², estando a 580 metros acima do nível médio do mar.

Cruzeiro do Oeste já foi um dos maiores municípios do Estado em extensão territorial e o segundo em população. Mas, com o desmembramento de novos municípios em 1960, houve a diminuição da área territorial e populacional

1.2 Municípios Limítrofes

Limita-se com Nova Olímpia ao Norte, com Mariluz e Moreira Sales ao Sul, com Tapejara e Tuneiras do Oeste a Leste, e com Maria Helena e Umuarama a Oeste.

1.3 Organização Político-Administrativa

Na área urbana do Município encontram-se os bairros: Centro, Jardim Cruzeiro, Conjunto Habitacional Araucária, Jardim Alto da Glória, Jardim Santa Cruz, Jardim Alvorada, Sul Brasileira I, Sul Brasileira II, Bairro D.E.R, Jardim Brasil, Jardim das Flores, Parque Sol Nascente, Adriana Geni Alves, Conjunto Habitacional Santa Terezinha, Conjunto Habitacional Iguaçu, Jardim da Luz, Jardim Paris, Residencial Vitória, Parque Residencial Bella Vista e Parque das Oliveiras. Na área rural, merece destaque os bairros Santa Olga, São José, Boa Vista, Cione, Guarani, Gimenes. Cafeeiros, Centenário, Cristo Rei, Cruzeirinho, Salete, Santa Izabel, Três Marcos, entre outros. Também faz parte do Município, o Distrito de São Silvestre.

1.4 Principais Rodovias de Acesso

PR-323 - Maringá, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Guaíra;
PR-180 - Goioerê, Cruzeiro do Oeste;
PR-477 - Nova Olímpia, Cruzeiro do Oeste;
BR-487 - Campo Mourão, Tuneiras do Oeste, Cruzeiro do Oeste.

1.5 Principais Distâncias

Localizado no eixo rodoviário que demanda ao Paraguai e Mato Grosso do Sul, o Município está a 148 km de distância de Maringá, 804 km de São Paulo, 1.310 km de Brasília e 560 km de Curitiba, a Capital do Estado.

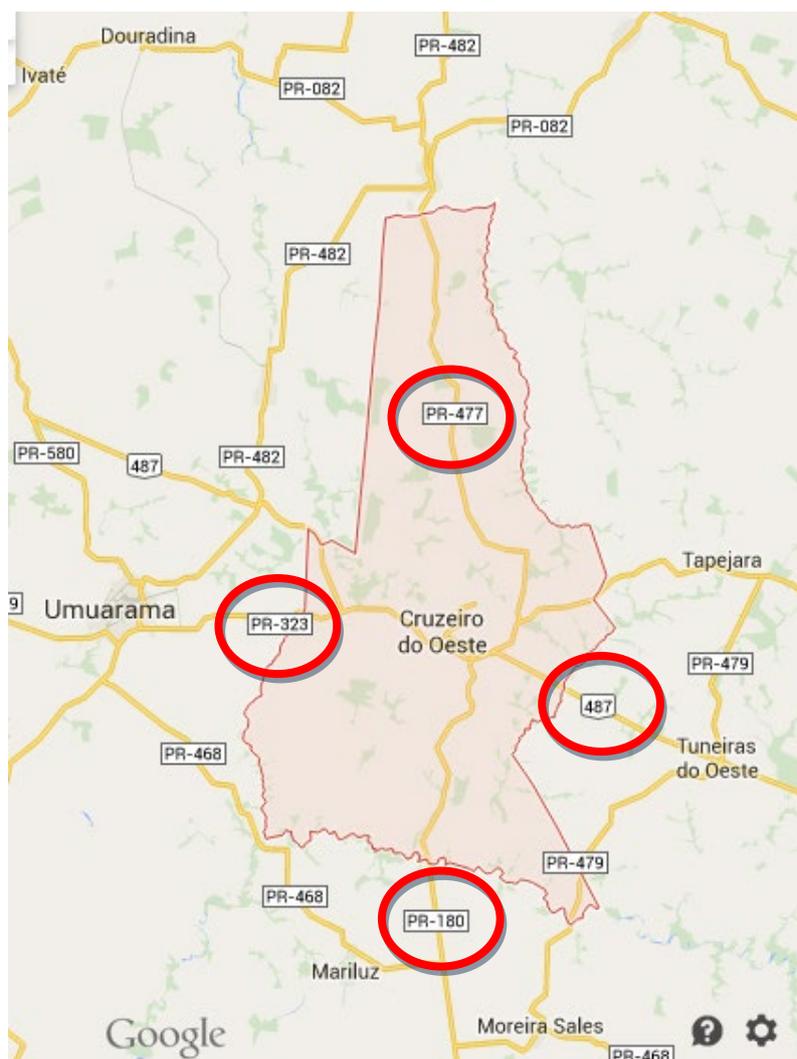


Figura 1. Mapa das principais vias de acesso

Fonte: Google Maps. Consulta no site

<https://www.google.com.br/maps/place/Cruzeiro+do+Oeste,+PR>, em dezembro de 2014.

1.6 Clima

O seu clima é considerado subtropical com temperatura média anual na faixa de 20°C, com máxima de 38°C no verão e 16°C no inverno.

1.7 Hidrografia

Cruzeiro do Oeste está situado entre os rios Ivaí, Piquiri e Paraná. Os principais rios afluentes são: Goioerê, da Areia, das Antas, Ribeirão Capricórnio, Guarani, Pinhalzinho e Imã. Os rios da Areia e Guarani correm em direção à bacia do Piquiri e os rios Ribeirão Capricórnio e o das Antas, se dirigem para o Rio Ivaí. Esses mesmos rios servem de fronteira natural do Município. Desta forma, o Rio da Areia, marca a divisa de Cruzeiro do Oeste com Tuneiras do Oeste; o Rio Capricórnio separa parcialmente a cidade do município de Tapejara e o Rio Pinhalzinho marca a divisa com Umuarama.

A captação da água no Município é feita em manancial pelo Rio Imã, que se localiza na Estrada Boiadeira.

1.8 Relevo

O Município localiza-se no declive do Terceiro Planalto ou Planalto de Guarapuava. É caracterizado regionalmente por chapadas e platôs de pequena ondulação, com altitudes que variam entre 300 a 600 metros.

1.9 Solo

O solo é o arenito Caiuá. Possui aptidão para lavouras, baseando-se em práticas agrícolas, favorecendo ainda mais a característica econômica marcante da região que é a atividade agrícola.

1.10 Vegetação

O Município conta com um total de 2.030 hectares de Matas Ciliares, perfazendo um trecho de 709 km² e 3.200 hectares de Reserva Natural.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Fundação

Cruzeiro do Oeste é o berço da história do norte novíssimo paranaense, que foi colonizado por companhias como a Companhia Sul Brasileira de Colonização (COBRASA), responsável pela derrubada da Mata Atlântica, transformando a paisagem em grandes extensões de cultivo do café.

Em 1947, começaram a chegar os primeiros fundadores de Cruzeiro do Oeste, destacando-se entre eles: Messias Francelino de Medeiros, guarda florestal do Departamento do Oeste; José Bogo; José Paulo da Silva; Laurindo Nunes de Oliveira; Joaquim José Ferreira; Aristides Mattes; Pedro Candinho; Juvenal Calixto; Osvaldo Rodrigues do Amaral e Artur Teixeira.

Com a criação do município de Peabiru, em 1951, desmembrado de Campo Mourão, Cruzeiro do Oeste foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, do novo município. Três anos depois, em 28 de novembro de 1954, pela Lei Estadual nº 7.253/54, alcançava a sua autonomia.

Em 3 de outubro de 1955, foi eleito o primeiro prefeito do Município e composta a primeira legislatura da Câmara Municipal. No dia 17 de novembro, do mesmo ano, ocorreu a instalação do Município, assumindo o cargo de primeiro mandatário (prefeito) da cidade, Aparício Teixeira D'Ávila.

2.2 Significado do Nome

Existem várias versões sobre a origem do nome Cruzeiro do Oeste. A versão dos primeiros moradores é a de que a denominação teria sido inspirada pelo

fato do local escolhido para a cidade localizar-se no cruzamento da Estrada Boiadeira com o picadão da Estrada de Ferro.

Na versão do desembargador Edmundo Mercer Junior, a origem do nome estaria ligada ao fato de existir no local, uma cruz sinalizando o local onde fora enterrado um dos picadeiros¹ que acompanhava a expedição que viera demarcar a Estrada Boiadeira, chefiada por seu pai, Edmundo Mercer.

Contudo, a versão que tem maior embasamento histórico é a que afirma que o nome teve origem por volta de 1946, quando o capitão Renato de Mello, acampado nas proximidades do atual Hotel Presidente, solicitou a um de seus picadeiros que procurasse água. Ao encontrar, demarcou o local com uma seta indicativa em forma de cruz. Neste mesmo local, encontrou o picadão² da Estrada Boiadeira, que lhe serviu para facilitar o caminho de volta ao acampamento. A cruz acabou tornando-se um ponto de referência para os tropeiros, que combinavam encontrar-se no local conhecido como “Cruzeiro”. Posteriormente, passou a chamar-se Cruzeiro do Oeste para diferenciar de outros municípios com o mesmo nome.

2.3 Símbolos Municipais

Através da Lei Municipal nº 8/99, de 31 de agosto de 1999, foram criados os Símbolos Municipais: a Bandeira, o Hino e o Brasão de Armas, de autoria de Paulo Novais, usado desde 1979 e adaptado heralδικamente pela Coordenação da Enciclopédia Simbólica Municipalista Paranaense (ESIMPAR) e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.



Figura 2. Brasão de Armas Municipal

Fonte: Prefeitura Municipal, 2014.

A Bandeira Municipal é toda branca tendo aplicado no meio o Brasão de Armas.

¹ Picadeiros – pessoas que abriam as picadas na mata.

² Picadão – grande faixa desmatada.

O Hino Municipal, de autoria do maestro Sebastião Lima, possui as seguintes estrofes:

Demandando o agreste sertão.
Das bandeiras jesuítas imortais.
Aqui plantaram cristãs reduções
A marcharem buscando ideais.
Pois, fundaram, plena de sucesso.
Cruzeiro do Oeste, sentinela do progresso!

Dos albores da história
És testemunha, ó cidade!
Eis que surge a vitória
Cheia de felicidade!

Berço de amor e amizade.
Terra mais linda não há.
Viverás a eternidade
Recanto feliz do Paraná!

Estes campos verdejantes.
Sua beleza singular
Que teus filhos triunfantes
Não se cansem de exaltar!

Berço de amor e amizade.
Terra mais linda não há.
Viverás a eternidade
Recanto feliz do Paraná!

Estas tantas riquezas mil.
É preciso que se somem
O valor do povo varonil
A fé que ensina o seu nome!

Berço de amor e amizade.
Terra mais linda não há.
Viverás a eternidade
Recanto feliz do Paraná!

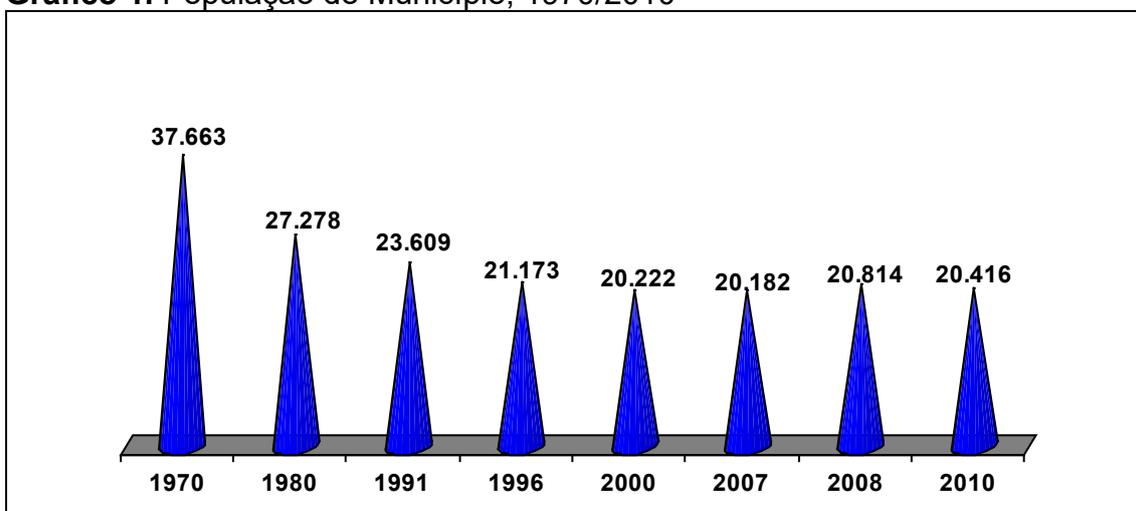
3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Durante os ciclos da madeira e do café, nas décadas de 1960 e 1970, Cruzeiro do Oeste, chegou a contabilizar uma população de mais de 60 mil habitantes, figurando-se, nesta época, entre os mais importantes centros urbanos do Paraná.

No entanto, por conta da crise do café (a partir de 1975) e do desmembramento de novos municípios, ocorreu a consequente diminuição da área territorial e populacional.

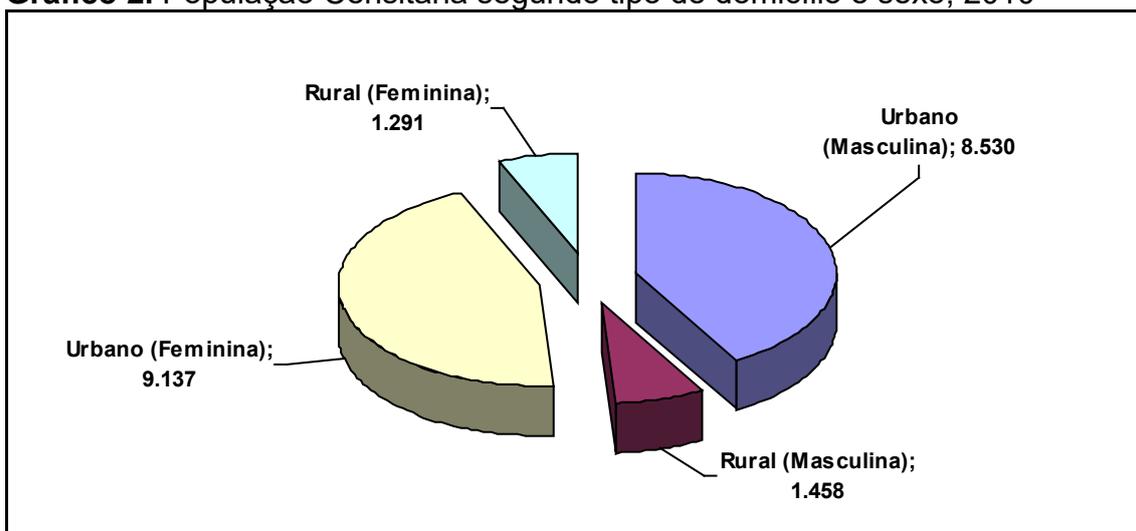
O censo de 2010, do IBGE, registrou em Cruzeiro do Oeste uma população de 20.416 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 26,99 habitantes/km² e uma taxa de crescimento geométrico de 0,10%.

Gráfico 1. População do Município, 1970/2010



Fonte: IBGE – Censos, estimativas e contagem da população.

Gráfico 2. População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2010

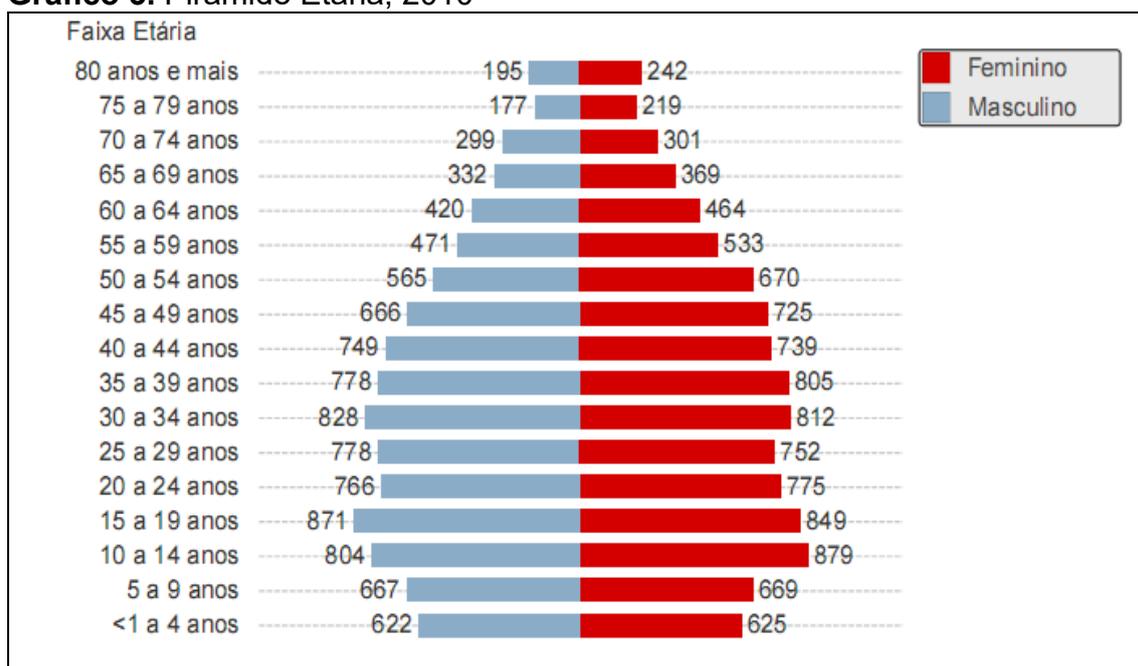


Fonte: IBGE – Censos, estimativas e contagem da população.

De acordo com os dados do Gráfico 2, a população de Cruzeiro do Oeste concentra-se na área urbana, apresentando em 2010, um grau de urbanização de 86,54%, com 17.667 pessoas residindo na zona urbana e 2.749 pessoas na zona rural.

Quanto à estrutura etária, a faixa de idade com maior número de pessoas concentra-se entre os 15 a 64 anos de idade, o que representa 68,65% do total de habitantes. A população com mais de 65 anos de idade representa 10,45% e as com menos de 15 anos de idade, 20,90%.

Gráfico 3. Pirâmide Etária, 2010



Fonte: Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional - SUBPLAN. Acesso no site <http://www2.mppr.mp.br/cid/cruzeirooeste.pdf>, em dezembro de 2014.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Ao longo dos últimos anos, o Município tem dedicado grande parte da sua atenção ao desenvolvimento da agricultura, e especialmente à pequena propriedade rural, que produz alimentos, gera renda e condições dignas de vida para inúmeras famílias cruzeirenses.

Através do Programa Terra Fértil, a Secretaria de Agricultura tem desenvolvido diversos trabalhos que visam o desenvolvimento da pequena propriedade, e o aumento de sua produtividade com qualidade.

Grandes investimentos estão sendo implementados para a instalação de novas indústrias, entre as quais se destacam: Latco Beverages, CitrusPar (antiga BrasCitrus), GA Construtora de Obras e Civil, FrigoAstra, FrigoCruz, Tampico e Concessionária Volvo Rivesa.

Tabela 1. Estabelecimentos por setor, 2015

Tipo de estabelecimento	Quantidade	Número de pessoas trabalhando
Indústria	52	1.645
Comércio varejista	181	627
Comércio atacadista	04	25
Serviços	121	1.322

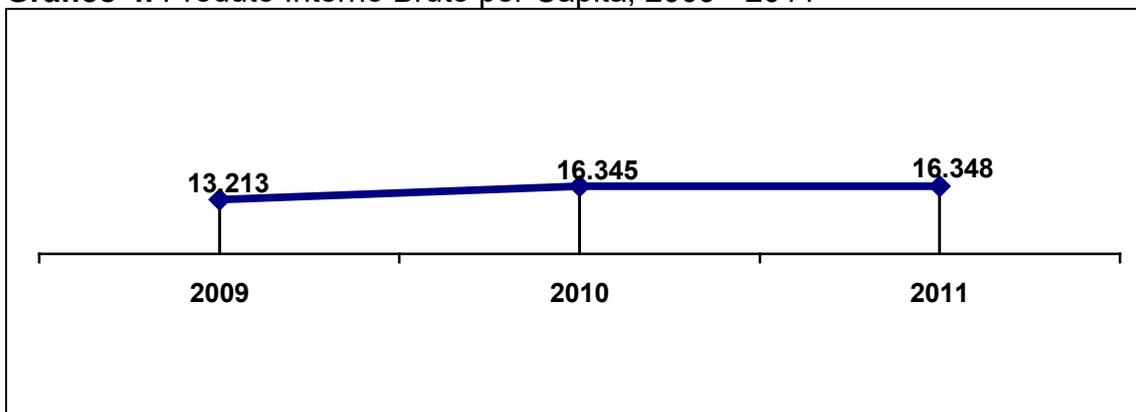
Fonte: MTE/RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego / Relação Anual de Informações Sociais).

O Município participa ativamente do Programa de Financiamento de tratores dos governos federal e estadual para a mecanização da produção. Incentiva a

produção da citricultura através dos programas de cultivo de laranja, abacaxi, acerola, morango e romã. Além de novos projetos de incentivo ao cultivo de maracujá e também de palmito pupunha.

O PIB (Produto Interno Bruto) per capita de Cruzeiro do Oeste vem crescendo anualmente como mostra os dados do gráfico a seguir.

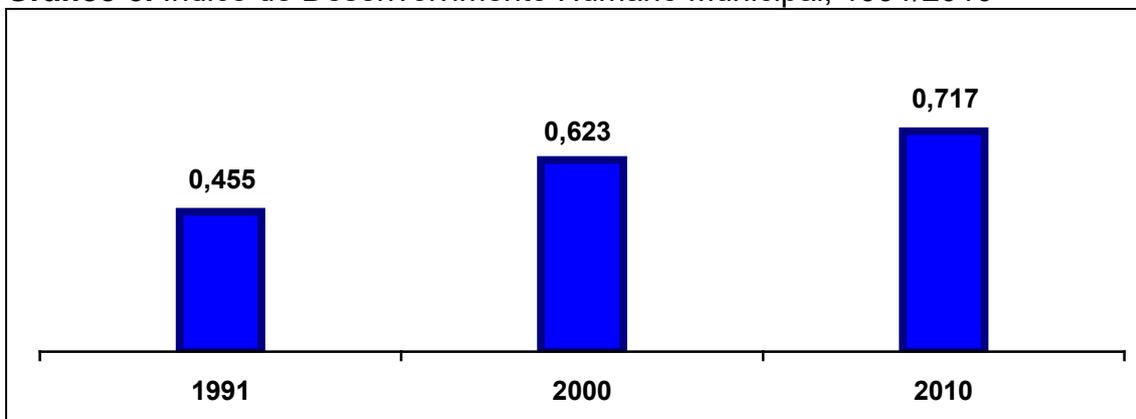
Gráfico 4. Produto Interno Bruto per Capita, 2009 - 2011



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES - Cadernos Estatísticos. Dezembro de 2014.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Cruzeiro do Oeste atingiu em 2010, a faixa considerada como alta, que varia de 0,700 a 0,799. O fator que mais contribuiu para esta elevação é a longevidade, ou seja, a esperança de vida ao nascer, que no Município é de 74 anos.

Gráfico 5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010



Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos. Dezembro de 2014.

Este resultado coloca o Município na 144ª posição no Estado do Paraná, e na 1.398ª posição na classificação nacional.

5. ASPECTOS CULTURAIS

5.1 Feriados Municipais

Os feriados municipais são: dia 13 de maio - Padroeiro do Município e 26 de agosto - data de emancipação do Município.

5.2 Principais Eventos Culturais

Os principais eventos culturais que acontecem anualmente no Município são: Carnaval Popular; Festa das Nações; Mostra de Talentos Musicais do Município; Exposição de Telas dos Artistas Plásticos do Município; Exposição das Artes Manuais – Feira do Artesanato; Passeio Ciclístico; Corrida Rústica; Encontro de Reliqueiros (carros antigos); Encontro de Diversificação Agrícola; Dia do Pioneiro; Cavalgada; Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla – APAE (Associação de Pais, Mestres e Amigos dos Excepcionais); Campeonato Municipal de Futsal; Circuito Regional de Xadrez Escolar; Festival de Música Sertaneja; Festival de Hip Hop e Apresentação da Folia de Reis Silvério do Carmo.

Os principais locais utilizados para a realização destes eventos são: Capelas, Praças Públicas, Centro Cultural Cesar Souza Rego, Centro Comunitário de Eventos Luiz Dechiche e Ginásio de Esportes Francisco de Assis.

5.3 Principais Esportes Praticados

As modalidades esportivas mais praticadas no Município são: Futebol de Campo; Futsal Masculino e Feminino; Handebol Feminino; Atletismo Masculino e Feminino; Ginástica Rítmica e parcerias com Tênis de Mesa e Xadrez.

5.4 Principais Estabelecimentos Socioculturais

Os principais estabelecimentos socioculturais do Município são: Museu Dr. Carlos dos Anjos; Biblioteca Municipal Monteiro Lobato; Centro Cultural Cesar Souza Rego e Capela Imaculada Conceição (mais de meio século).



Figura 3. Foto do Museu Dr. Carlos dos Anjos
Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

5.5 Sítio Paleontológico

Em junho de 2011, quando pesquisava material para um livro sobre museus e fósseis na região Sul do País, o geólogo gaúcho Paulo Cesar Manzig descobriu um fóssil “esquecido” em uma gaveta na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Este fóssil, que posteriormente foi confirmado como de um Pteurossauro, havia sido encontrado em 1971, pelo agricultor Alexandre Gustavo Dobruski (falecido em 1986) em Cruzeiro do Oeste e encaminhado à UEPG, em 1975.

Diante desta descoberta, também em 2011, foi firmado convênio de cooperação técnica e científica entre a Universidade do Contestado (UnC), de Mafra (SC) e o Município de Cruzeiro, com projeto de pesquisas autorizado pela autoridade federal do setor. Desde então, especialistas do Centro de Paleontologia (Cenpáleo) da UnC têm visitado o sítio paleontológico regularmente para coleta de material. Desta forma, Cruzeiro do Oeste teve a sua inclusão no seio do clube dos locais que são alvo do interesse de pesquisadores e cientistas e com enorme repercussão no aspecto turístico.

Para a realização de escavação e recolhimento dos materiais, foi obtida uma autorização junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Brasília, pois fósseis são considerados patrimônio da União e só podem ser guardados por instituições de ensino superior, museus e centros de pesquisas afins. Para o coordenador do Cenpáleo, Dr. Luiz Carlos Weinschütz, este trabalho vem projetar o Cenpáleo/UnC nos mais altos patamares da Paleontologia Nacional, pois trata-se de uma descoberta inédita, pois Pterossauros no Brasil só eram conhecidos no Nordeste.

O material coletado encontra-se depositado nos laboratórios do Cenpáleo e está sendo preparado para posterior identificação, em conjunto com a UEPG, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), e exposição ao público.



Figura 4. Fotos do Sítio Paleontológico de Cruzeiro do Oeste
Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

Com a descoberta do Sítio Paleontológico, a Administração Municipal criou um personagem para representar o fóssil descoberto. Para a escolha do nome do personagem, novo mascote do Município, foi lançado em 2014, um concurso cultural. A partir de milhares de sugestões apresentadas, optou-se pelo nome de “Cruzeirito”, de autoria de Gabriel Lautentino Fernandes, aluno do 3º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Emiliano Pernetá.



Figura 5. Mascote “Cruzeirito”
Fonte: Prefeitura Municipal, 2015.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Devido ao êxodo, muitas escolas situadas na zona rural do Município acabaram sendo fechadas em decorrência da redução do número de alunos. As famílias que permaneceram nas localidades tiveram os filhos matriculados nas escolas da zona urbana, sendo que a Prefeitura Municipal oferece o transporte escolar para que os mesmos possam ser transportados diariamente.

Atualmente (2015), 17 instituições educacionais ofertam a Educação Básica no Município e três a Educação Superior:

- na rede municipal, quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) atendem especificamente a Educação Infantil e seis escolas atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental;
- na rede estadual, quatro instituições ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e duas, além do Ensino Fundamental, o Ensino Médio;
- na rede privada, duas escolas ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental regular, uma oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, na modalidade de Educação Especial e três instituições, a Educação Superior.

Tabela 2. Instituições de Ensino existentes no Município, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Rede de Ensino	Localização	Situação do Prédio
Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos	Municipal	Bairro	Cedido pelo Estado
Centro Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz	Municipal	Distrito	Próprio
Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube	Municipal	Bairro	Próprio
Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe	Municipal	Bairro	Próprio
Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar	Municipal	Bairro	Próprio
Centro Universitário Tupy – Unisociesc	Privada	Sede	Cedido

Colégio Estadual Almirante Tamandaré – Ensino Fundamental, Médio e Profissional	Estadual	Bairro	Próprio
---	----------	--------	---------

Tabela 2. Instituições de Ensino existentes no Município, 2015

(encerra)

Instituição de Ensino	Rede de Ensino	Localização	Situação do Prédio
Colégio Estadual Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal	Estadual	Bairro	Próprio
Colégio Estadual Cruzeiro do Oeste – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Sede	Próprio
Escola Estadual do Campo São Silvestre – Ensino Fundamental	Estadual	Distrito	Próprio
Escola de Educação Especial Irmã Ana Tomczack – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial	Particular	Bairro	Próprio
Escola Mundo Encantado – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Particular	Sede	Próprio
Escola Municipal Amaral Fontoura – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro	Cedido pelo Estado
Escola Municipal Nísia Floresta – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Sede	Cedido pelo Estado
Escola Municipal de Educação Integral Emiliano Pernetá – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro	Cedido pelo Estado
Escola Municipal Professora Rosimeri Ortiz Consalter - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito	Cedido pelo Estado
Escola Municipal de Educação Integral Rocha Pombo – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro	Cedido pelo Estado
Escola Municipal de Educação Integral Tasso da Silveira – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro	Cedido pelo Estado
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fatima- Educação Infantil e Ensino Fundamental	Particular	Sede	Proprio
Faculdade Cruzeiro do Oeste – FACO	Particular	Bairro	Compartilhado

Universidade Aberta do Brasil - UAB	Federal/Estadual	Bairro	Compartilhado
-------------------------------------	------------------	--------	---------------

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

A infraestrutura das instituições de ensino da rede municipal que atendem especificamente a Educação Infantil, apresentam uma infraestrutura adequada. Nas demais instituições municipais que atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, a infraestrutura pode ser considerada satisfatória, pois todas as escolas foram reformadas e/ou ampliadas, necessitando apenas de algumas adequações.

A infraestrutura das instituições da rede estadual de ensino e das instituições da rede privada, de forma geral, também pode ser considerada satisfatória.

Tabela 3. Infraestrutura das Instituições de Educação Básica, 2015

Itens	Percentual de instituições que possuem o item		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Particular
Água	100%	100%	100%
Esgoto	100%	100%	100%
Energia Elétrica	100%	100%	100%
Quadra de Esportes	50%	100%	100%
Parque Infantil (somente para as que atendem a Educação Infantil)	100%	(não atende)	67%
Refeitório	100%	100%	67%
Laboratório de Informática	50%	100%	100%
Biblioteca	50%	100%	100%
Acessibilidade (rampa, banheiros adaptados, entre outros)	100%	100%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Tabela 4. Infraestrutura das Instituições de Educação Superior, 2015

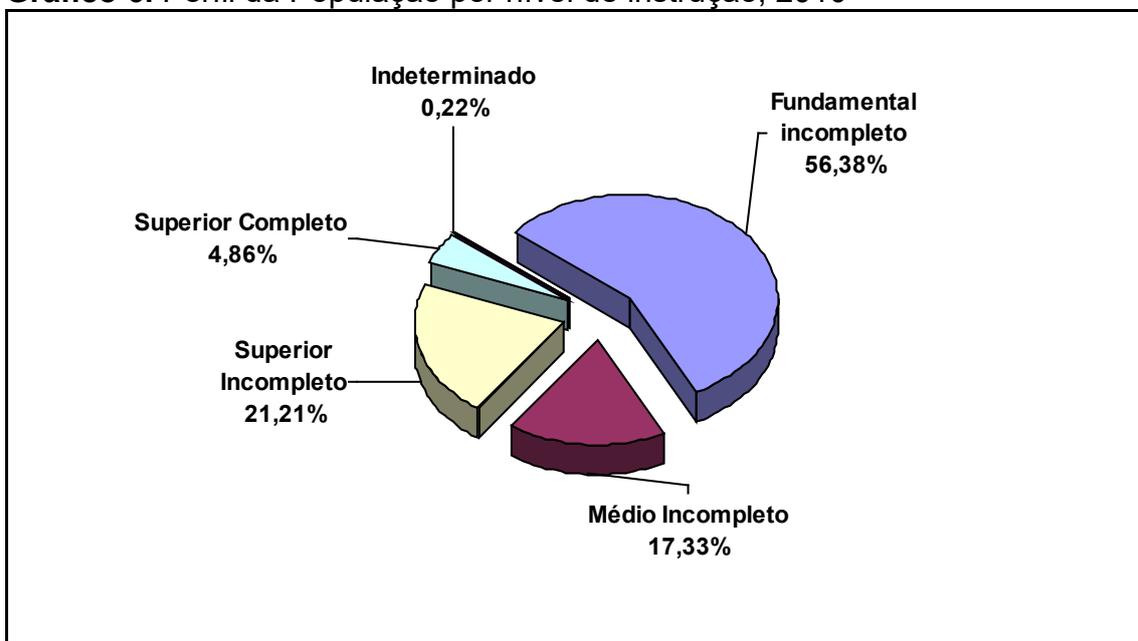
Itens	Percentual de instituições que possuem o item
Água	100%
Esgoto	100%
Energia Elétrica	100%
Quadra de Esportes	0%
Refeitório	0%
Laboratório de Informática	0%
Biblioteca	100%
Acessibilidade (rampa, banheiros adaptados, entre outros)	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2015.

Quanto ao perfil educacional da população, em 2010, a população com dez anos ou mais de idade, por nível de instrução, de acordo com os dados do IBGE registrava um percentual de mais de 56% da população com o

fundamental incompleto e somente 4% com o nível superior completo (Gráfico 6).

Gráfico 6. Perfil da População por nível de instrução, 2010



Fonte: IBGE – Censos, estimativas e contagem da população.

III - DIAGNÓSTICOS

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Atendimento

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é ofertada no município de Cruzeiro do Oeste, por onze instituições de ensino, nove da rede municipal de ensino e duas da rede particular.

Na rede municipal de ensino, todas as crianças da faixa etária de zero a três anos de idade encontram-se matriculas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

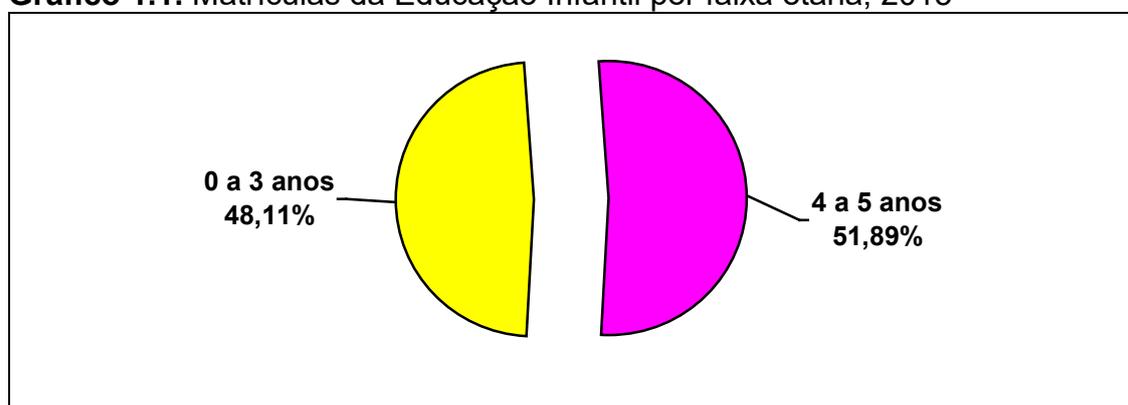
Tabela 1.1. Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Demanda reprimida	Rede de Ensino
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
CMEI Cantinho dos Anjos	162	-	Integral	---	Municipal
CMEI Casinha Feliz	49	16	Integral	---	Municipal
CMEI Lions Clube	64	-	Integral	---	Municipal
CMEI Pequeno Polegar	172	-	Integral	---	Municipal
CMEI Pequeno Príncipe	116	-	Integral	---	Municipal
Escola Mundo Encantado	74	68	M/V/I	---	Particular
Escola Municipal Amaral Fontoura	---	85	M/V	---	Municipal
Escola Municipal Emiliano Pernetá	---	85	Integral	---	Municipal
Escola Municipal Nísia Floresta	---	104	M/V	---	Municipal
Escola Municipal Rocha Pombo	---	41	Integral	---	Municipal
Escola Municipal Tasso da Silveira	---	117	Integral	---	Municipal

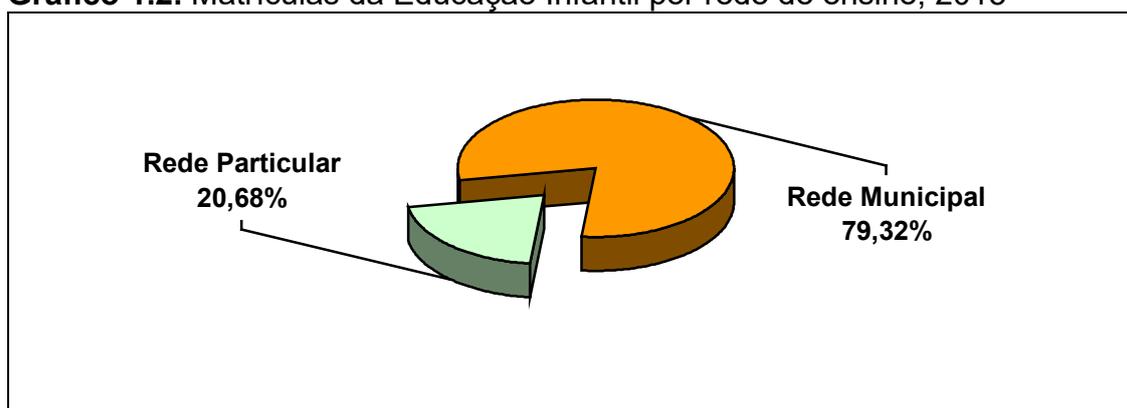
Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: M - Matutino; V - Vespertino; I – Integral.

Gráfico 1.1. Matrículas da Educação Infantil por faixa etária, 2015



Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Gráfico 1.2. Matrículas da Educação Infantil por rede de ensino, 2015

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 1.2. Evolução das Matrículas da Educação Infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	295	12	330	16	354	19	352	19	374	20
Particular (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	07	01	08	01	03	01
	V	68	05	78	06	93	08	95	08	93	10
	I	02	01	08	01	12	01	18	03	12	02
Total - 0 a 3 anos		365	18	416	23	466	29	473	31	482	33
Municipal (4 a 5 anos)	M	36	02	41	02	-	-	58	04	72	04
	V	118	05	120	06	100	03	94	05	99	05
	I	309	05	118	05	183	14	269	15	239	13
Particular (4 a 5 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	45	04	85	06	80	06	99	06	88	06
	I	02	01	03	01	06	01	09	02	12	01
Total - 4 a 5 anos		510	18	367	20	369	24	529	32	510	29
Total Rede Municipal		758	18	609	29	637	36	773	43	784	42
Total Rede Particular		117	18	174	14	198	17	229	20	208	20
Total Geral		875	36	783	43	835	53	1.002	63	992	62

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

A maioria das instituições da rede municipal que ofertam a educação infantil não conseguem atender a demanda existente. Em 2015, houve um aumento de 12% no atendimento em comparação com o que era atendido em 2011, mesmo assim, estima-se que ainda existam no Município, 61% das crianças de zero a cinco sem atendimento.

1.2 Infraestrutura

A situação da rede física, dos mobiliários e equipamentos das instituições que ofertam a educação infantil, encontra-se sintetizada nas tabelas a seguir.

Tabela 1.3. Infraestrutura das Instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Particular
Salas de aula	09	02
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	05	01
Sala de direção/equipe	09	02
Sala de professores	06	02
Sala de leitura/biblioteca/computação	05	02
Refeitório	09	02
Copa/Cozinha	09	02
Parque Infantil	09	02
Pátio coberto (creche) / Quadra coberta (pré-escola)	08	02
Banheiro de funcionários/professores	09	02
Banheiro de crianças/alunos	09	02
Sala de depósito	08	02
Sala de TV/DVD	02	01
Berçário (creche)	04	01
Lactário (creche)	04	01

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Quanto aos dados apresentados sobre a estrutura do prédio escolar, é possível verificar que na rede municipal de ensino: 56% das instituições utilizam as salas de aula para outras atividades e somente 44% das instituições possuem sala de leitura ou biblioteca.

Tabela 1.4. Equipamentos e Materiais Permanentes das instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Particular
1. Esportes e brincadeiras		
1.1. Colchonetes	07	02
1.2. Conjunto de brinquedos para parquinho	09	02
2. Cozinha		
2.1. Congelador/Freezer	09	02
2.2. Refrigerador/Geladeira	09	02
2.3. Fogão comum para lactário (creche)	04	02
2.4. Fogão industrial	09	01
2.5. Liquidificador	09	02
2.6. Botijão de gás	09	02
3. Coleções e materiais bibliográficos		
3.1. Enciclopédias	05	02
3.2. Dicionários	05	02
3.3. Literatura Infantil	05	02
3.4. Material complementar de apoio pedagógico	09	02

Tabela 1.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a Educação Infantil, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Particular
4. Equipamentos para áudio, vídeo e foto		
4.1. Projetor	05	02
4.2. Tela para projeção	02	02
4.3. Televisor	09	02
4.4. DVD	08	02
4.5. Suporte para TV e DVD	08	02
4.6. Máquina fotográfica	08	02
4.7. Aparelho de CD e rádio	09	02
5. Setor de Informática		02
5.1. Computador para administração/docentes	09	02
5.2. Impressora	09	02
5.3. Copiadora multifuncional	07	02
5.4. Guilhotina de papel	04	02
6. Mobiliário e aparelhos em geral		
6.1. Mobiliário infantil	09	02
6.2. Arquivo de aço	09	02
6.3. Mesa de reunião	06	02
6.4. Mesa para refeitório	09	02
6.5. Estantes para biblioteca	05	02
6.6. Berços e colchões (creche)	04	02
6.7. Banheira com suporte (creche)	03	02
6.8. Quadro para sala	09	02
6.9. Bebedouro	09	02
6.10. Máquina de lavar roupa	04	01
6.11. Secadora	01	01
6.12. Telefone	09	02
6.13. Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	----	----
6.14. Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	08	02

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Quanto aos dados apresentados sobre equipamentos, é possível verificar que na rede municipal de ensino a maioria das instituições possui o mobiliário básico; somente 56% das instituições possuem projetor e somente 22% a tela para projeção; nenhuma das instituições possui ar condicionado nas salas.

As condições da rede particular de ensino, tanto do prédio escolar quanto dos equipamentos e materiais permanentes, em comparação às instituições de ensino da rede municipal, são bem melhores, atendendo a maioria dos itens listados.

1.3 Recursos Humanos

Para atender um contingente de 784 alunos da educação infantil, a rede municipal de ensino conta com 93 profissionais do magistério e 73 profissionais de apoio à educação, além de contar com o trabalho de 11 estagiários.

Todas as instituições da rede municipal que ofertam a educação infantil, listadas neste diagnóstico, contam com direção e coordenação pedagógica. Entre os profissionais que atuam na função de direção, encontra-se uma pessoa atuando como cargo comissionado.

Quanto aos demais servidores que atuam na área da educação, em atividades de apoio administrativo e de serviços gerais, o número é insuficiente para atender todas as instituições, principalmente nas atividades de serviços gerais, merenda e monitoramento dos pátios escolares.

As tabelas a seguir apresentam um panorama da formação e distribuição dos profissionais da educação das redes municipal e particular, seja em funções de magistério ou de apoio à educação.

É possível verificar que ainda existem nas duas redes de ensino, pessoas atuando, nas funções de apoio à educação, sem ter o ensino fundamental completo.

Tabela 1.5. Recursos Humanos para o atendimento da Educação Infantil na rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	08	-	08
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	01	08	-	09
Docência (20 horas)	-	-	-	-	12	12	-	24
Docência (40 horas)	-	-	-	13	19	15	-	47
Estagiários	05	-	-	06	-	-	-	11
Secretário Escolar	-	-	01	01	03	01	-	06
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	02	-	-	02
Bibliotecário	-	-	-	01	01	-	-	02
Auxiliar de Biblioteca	-	01	-	-	-	-	-	01
Merendeira	01	01	07	01	-	-	-	10
Auxiliar de Serviços Gerais	04	01	24	10	05	01	-	45
Servente	-	-	02	01	01	-	-	04
Porteiro	-	01	-	-	-	-	-	01
Guarda Noturno	-	-	02	-	-	-	-	02
Total	10	04	36	33	44	50	-	177

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 1.6. Recursos Humanos para o atendimento da Educação Infantil na rede particular de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Docência (20 horas)	-	-	-	03	-	08	-	11
Docência (40 horas)	-	-	-	05	04	02	-	11
Atendente	-	-	-	01	-	-	-	01
Educador Infantil	-	-	-	-	03	05	-	08
Estagiário	-	-	-	01	-	-	-	01
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	01	-	02
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	02	-	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	01	01	01	-	-	-	-	03
Auxiliar de Serviços Gerais	01	01	04	-	-	-	-	06
Total	02	02	05	10	11	24	-	54

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

1.4 Gestão

1.4.1 Rede municipal de ensino

Proposta Pedagógica: todas as instituições possuem proposta pedagógica elaborada com a participação efetiva dos docentes. A mesma é conhecida pela comunidade escolar e atualizada periodicamente, contemplando plano de capacitação continuada do corpo docente.

Transporte e Merenda Escolar: o transporte escolar funciona somente no período vespertino, sendo prioridade para os alunos da zona rural. Por isso, a maioria das crianças da educação infantil estuda nas instituições mais próximas de suas residências. A merenda escolar utiliza os produtos adquiridos da Compra Direta do Produtor e é acompanhada por uma profissional da área de nutrição.

Material Didático e Pedagógico: é usado como material didático de apoio, o material “Aprende Brasil” do Positivo. O mesmo é adequado às diferentes faixas etárias dos alunos atendidos, de forma a possibilitar o planejamento diário dos professores da educação infantil.

Envolvimento dos Pais ou responsáveis dos alunos: a maioria dos pais se mostra interessado no desenvolvimento de seus filhos e participa das atividades desenvolvidas pelas instituições educacionais.

Conselho Escolar: todas as instituições possuem Conselho Escolar instituído. Os seus membros participam de debates e colaboram na construção do planejamento escolar das instituições educacionais.

Parcerias: algumas instituições possuem parcerias com clubes de serviço, como o Lyons Clube e a comunidade. Estas parcerias objetivam que seus

parceiros auxiliem nas festividades comemorativas das instituições e na melhoria da infraestrutura das mesmas.

1.4.2 Rede particular de ensino

Proposta Pedagógica: todas as instituições possuem proposta pedagógica elaborada com a participação efetiva dos docentes. A mesma é conhecida pela comunidade escolar e atualizada periodicamente, contemplando plano de capacitação continuada do corpo docente.

Merenda Escolar: as instituições ofertam merenda escolar aos alunos, suprimindo as necessidades nutricionais dos mesmos. Existe um cardápio variado, o qual é acompanhado por profissionais da área de nutrição.

Material Didático e Pedagógico: na Escola Mundo Encantado o material é próprio, confeccionado pela escola e encadernado ao final de cada bimestre. Na Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima, o material utilizado é o apostilado do Dom Bosco.

Envolvimento dos Pais ou responsáveis dos alunos: os pais participam ativamente dos projetos, eventos, reuniões e palestras.

Conselho Escolar: não possuem.

Projetos: a Escola Mundo Encantado desenvolve projetos voltados a temas como Meio Ambiente; Educação para o Trânsito; Corpo, Saúde e Higiene; Leitura; Canto; Encenação; Alimentação e Saúde. A Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima desenvolve projetos variados, dos quais se destacam: Projeto da Campanha da Fraternidade; Mostra Científica e Cultural; Culinária na Escola; Musicalização e Brincar e Aprender.

1.5 Considerações Finais

Na coleta dos dados das instituições que ofertam a educação infantil, foram levantados dados que dizem respeito às conquistas, aos principais problemas enfrentados por estas instituições e as ações prioritárias para amenizar ou acabar com estes problemas, visando elevar a qualidade no atendimento desta tão importante etapa de ensino.

Nas tabelas a seguir encontram-se sintetizados estes dados por instituição de ensino.

Tabela 1.7. Considerações finais com relação à Educação Infantil na rede municipal de ensino, 2015

(continua)

Conquistas / Avanços	Principais Problemas	Ações Prioritárias
<p>CMEI Cantinho dos Anjos: Avanço no atendimento pedagógico, a confiança da comunidade escolar perante a qualidade dos serviços prestados e o reconhecimento da entidade mantenedora, excelente qualidade dos materiais disponibilizados, professores concursados com 40 horas semanais e com curso superior; contratação de pedagogo, implantação do Sistema Aprende Brasil e a ampliação do parque infantil.</p>	<p>Falta de vagas, necessidade de mais banheiros.</p>	<p>Ampliação de vagas, construção de muro na parte de trás do estabelecimento, reforma da lavanderia, troca de telhado, sala para depósito/almoxarifado, readequação do quadro de serviços gerais, reforma geral com urgência na parte elétrica.</p>
<p>CMEI Casinha Feliz: A formação dos profissionais constitui fator fundamental quando se pensa em qualidade de educação, é essencial para o seu crescimento constante como cidadãos e como pessoa. A formação continuada dos profissionais da educação infantil tem se destacado através de palestras e cursos realizados a partir da parceria estabelecida pelo município de Cruzeiro do Oeste desde 2013 com a Editora Positivo por meio do Sistema Aprende Brasil. Nesses cursos são desenvolvidas novas práticas pedagógicas voltadas para o bem estar das crianças. A contratação de novos professores concursados com 40 horas semanais e com curso superior, a contratação de pedagogo e a aquisição de mobiliários modernos de acordo com a faixa etária.</p>	<p>Com relação aos pais, considera-se que em grande parte, aproximadamente 70%, participam das reuniões quando convocados, dão sugestões, são cooperativos e cobram da direção atitudes democráticas e coerentes com a nova política social. Mas, ainda existe uma parcela de pais que se encontram distantes do desenvolvimento educacional dos filhos e terceirizam para a escola, inclusive, os cuidados básicos pertinentes ao papel da instituição familiar.</p>	<p>Uma escola de boa qualidade só existe quando está intimamente ligada à comunidade que pertence. Daí a importância da participação da comunidade na escola percebendo a realidade, as dificuldades, mostrando interesse em ajudar a solucionar os problemas, apoiando, dando opiniões, facilitando o desempenho do trabalho coletivo em benefício do ensino. Com relação ao espaço físico a escola necessita de um reparo urgente no muro para garantir a segurança dos alunos, uma sala para direção e coordenação, uma sala para hora atividade dos professores e a construção do espaço brinquedoteca.</p>

Tabela 1.7. Considerações finais com relação à Educação Infantil na rede municipal de ensino, 2015

(continua)

Conquistas / Avanços	Principais Problemas	Ações Prioritárias
<p>CMEI Pequeno Polegar: A maioria dos professores tem formação acadêmica e especialização, e os alunos são atendidos com um suporte pedagógico excelente que é o Material do Positivo do Sistema Aprende Brasil, tendo com isso um ótimo aprendizado. A contratação de novos professores concursados com 40 horas semanais e com curso superior, a contratação de pedagogo, a aquisição de mobiliários modernos de acordo com a faixa etária e a ampliação do parque infantil.</p>	<p>Falta de professores, pois houve um aumento significativo de alunos.</p>	<p>Merendeiras concursadas; salas adequadas e banheiros para crianças de 0 a 3 anos; reparo nos telhados; construção de duas salas de aula, uma biblioteca, uma sala de vídeo e uma sala para os professores.</p>
<p>CMEI Lions Clube: Com a implantação do Sistema Aprende Brasil do Positivo, observou-se um considerável avanço no desenvolvimento dos alunos, bem como estimulação dos professores.</p>	<p>Devido ao espaço físico, há falta de vagas para atender as crianças que precisam aguardar na fila de espera.</p>	<p>Ampliação do espaço físico.</p>
<p>Escola Amaral Fontoura: Permanência do aluno na escola e cumprimento das normas existentes. A implantação do Sistema Aprende Brasil e a aquisição de carteiras</p>	<p>Formar turma Pré II no período matutino.</p>	<p>Garantir a permanência e a segurança e realizar campanha de matrículas para o Pré II.</p>
<p>Escola Emiliano Pernetá: Implantação do Sistema Aprende Brasil Atendimento Odontológico Aquisição de carteiras</p>	<p>Falta de comprometimento de algumas famílias.</p>	<p>Desenvolvimento de trabalhos junto às famílias.</p>
<p>Escola Nísia Floresta: Implantação do Sistema Aprende Brasil, a ampliação de vagas e a aquisição de carteiras</p>	<p>Alunos com dificuldades na aprendizagem. O atendimento fonoaudiológico, psicoterapia e até neurológico, é demorado e quando atendido não é o suficiente, pois a demanda é grande.</p>	<p>Agilidade nos atendimentos fonoaudiológicos, psicoterápicos e neurológicos.</p>

Tabela 1.7. Considerações finais com relação à Educação Infantil na rede municipal de ensino, 2015

(encerra)

Conquistas / Avanços	Principais Problemas	Ações Prioritárias
<p>Escola Rocha Pombo: Atendimento por parte da escola sobre a mudança da imagem do projeto social para a instituição. Os alunos se organizam melhor, comportam-se quase sempre dentro do padrão escolar, fazendo com que a aprendizagem seja mais eficaz com avanços significativos. Os educadores têm se capacitado e colocado em prática o exercício de sua função, estando em constante crescimento.</p>	<p>Estrutura física inadequada para o atendimento em tempo integral.</p>	<p>Ampliar e melhorar as instalações.</p>
<p>Escola Rosimeri Ortiz: Palestras e cursos realizados a partir da parceria estabelecida pelo município de Cruzeiro do Oeste desde 2013 com a Editora Positivo.</p>	<p>Falta de compromisso dos pais que se encontram distantes do desenvolvimento educacional dos filhos terceirizando inclusive os cuidados básicos.</p>	<p>Participação das comunidades na escola e reparo urgente no muro para garantir a segurança dos alunos.</p>
<p>Escola Tasso da Silveira: Melhoria da qualidade de ensino, com apoio do livro didático do Sistema Positivo.</p>	<p>Pais ausentes e descomprometidos com o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos.</p>	<p>Trabalho com as famílias e o regaste da importância da escola no bairro.</p>

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 1.8. Considerações Finais com relação à Educação Infantil na rede particular de ensino, 2015

Conquistas / Avanços	Principais Problemas	Ações Prioritárias
<p>Escola Mundo</p>	<p>Não informado pela</p>	<p>Não informado pela</p>

Encantado: Não informado pela escola.	escola.	escola.
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima: Divulgação entre os pais de um trabalho de qualidade, um ensino forte pautado nos valores humanos e cristãos, tradição e inovação.	Inadimplência nos pagamentos das mensalidades. Número expressivo de concessão de bolsas e descontos em detrimento de pagamentos integrais.	Desenvolver e ampliar cada vez mais uma concepção progressiva do conhecimento, que provoca uma aprendizagem significativa; manter a qualidade dos profissionais da Instituição, bem como continuar promovendo formação para os professores; continuar desenvolvendo um ensino forte com base nos valores humanos e cristãos; ampliar o número de alunos; diminuir ao máximo a inadimplência; fazer cumprir os critérios da Lei Federal para a concessão de bolsas; modernizar o laboratório de Informática; colocar ar condicionado nas salas.

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Atendimento

Segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010 havia no município de Cruzeiro do Oeste, 2,27% de crianças de 6 a 14 anos de idade fora da escola, ou seja, 97,73% da população desta faixa etária encontravam-se frequentando classes do ensino fundamental.

Se considerarmos que a população, de acordo com o censo de 2010, nesta faixa etária era de 2.757 crianças, encontravam-se fora da escola neste período, em torno de 63 crianças.

De acordo com levantamento realizado nas instituições existentes no Município, encontram-se matriculados em 2015, no ensino fundamental, um total de 2.948 alunos, distribuídos em 12 instituições de ensino.

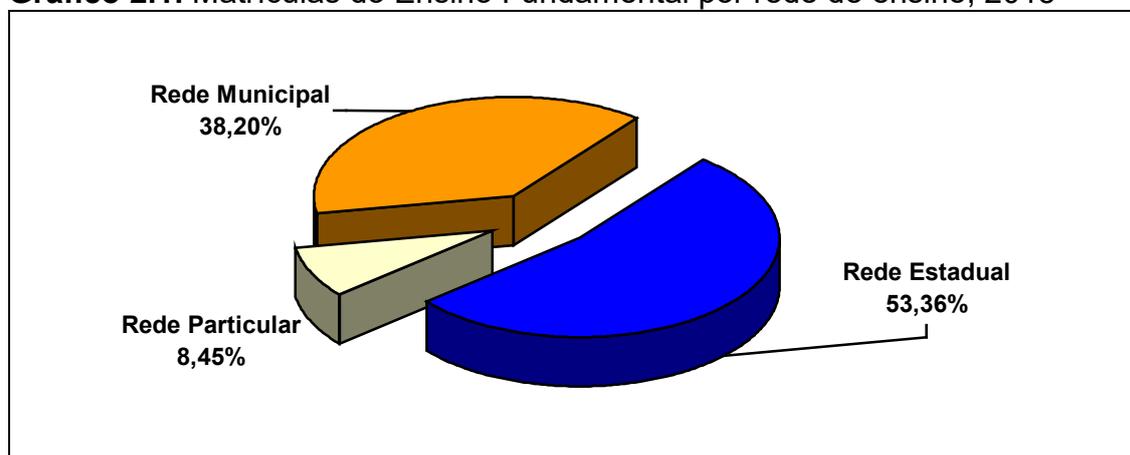
Tabela 2.1. Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos	Rede de Ensino
	Anos Iniciais	Anos Finais		
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	-	609	M, V, N	Estadual
Colégio Estadual Anchieta	-	446	M, V, N	Estadual
Colégio Estadual de Cruzeiro do Oeste	-	478	M, V, N	Estadual
Escola Estadual São Silvestre	-	40	M	Estadual
Escola Mundo Encantado	86	-	M, V, I	Particular
Escola Municipal Amaral Fontoura	269	-	M, V	Municipal
Escola Municipal Emiliano Perneta	154	-	I	Municipal
Escola Municipal Nísia Floresta	303	-	M, V	Municipal
Escola Municipal Rocha Pombo	90	-	I	Municipal
Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter	45	-	I	Municipal
Escola Municipal Tasso da Silveira	265	-	I	Municipal
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima	163	-	M, V	Particular
FACO Faculdade de Cruzeiro do Oeste			M, V	Particular

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

Gráfico 2.1. Matrículas do Ensino Fundamental por rede de ensino, 2015



Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 2.2. Evolução das Matrículas do Ensino Fundamental, 2011 – 2015

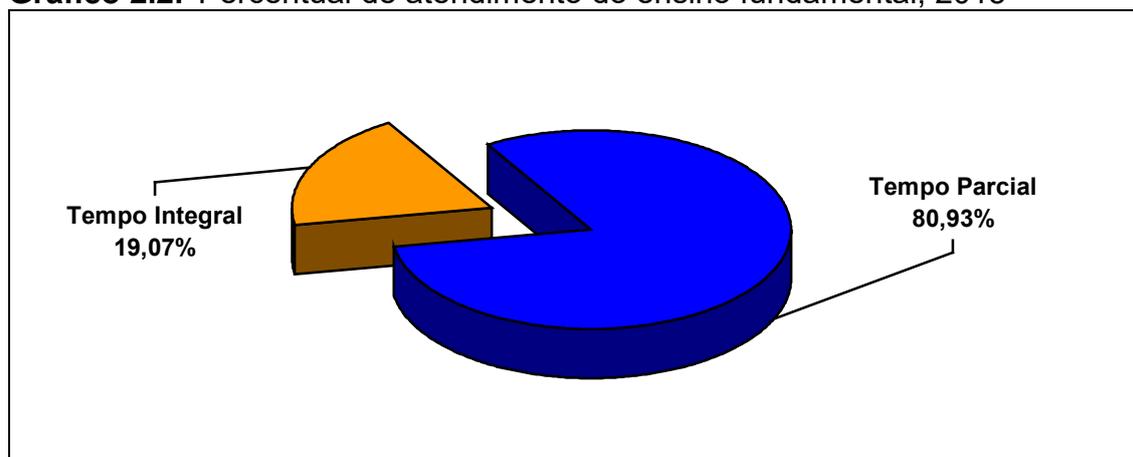
Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU								
Municipal (anos iniciais)	M	259	11	256	11	256	11	213	08	249	10
	V	327	13	471	14	324	14	332	14	323	13
	I	644	26	640	29	580	27	558	25	554	16
Total – Rede Municipal		1.230	50	1.367	54	1.160	52	1.103	47	1.126	39
Estadual (anos finais)	M	1.109	44	1.125	39	997	38	970	35	1.109	37
	V	511	19	419	17	435	19	347	15	309	14
	N	289	12	303	11	268	10	256	09	155	06
Total – Rede Estadual		1.909	75	1.844	67	1.700	67	1.573	59	1.573	57
Privada (anos iniciais)	M	151	09	191	12	194	12	190	11	156	10
	V	21	01	-	-	09	01	13	01	15	01
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	06	01
Particular (anos finais)	M	85	04	85	04	65	04	67	04	72	05
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total – Rede Privada		257	14	276	16	268	17	270	16	249	17
Total Geral		3.396	139	3.487	137	3.128	136	2.946	122	2.948	113

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

Constata-se que ano a ano, vem decaindo o número de matrículas, em todas as redes de ensino.

A rede municipal de ensino começou a ofertar o tempo integral em 2006, implantando um projeto piloto na Escola Municipal Rocha Pombo. Atualmente (2015) quatro instituições municipais funcionam em tempo integral. Na rede privada, a Escola Mundo Encantado também oferta o ensino em tempo integral.

Gráfico 2.2. Percentual de atendimento do ensino fundamental, 2015

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

2.2 Infraestrutura

Pode-se considerar como infraestrutura próxima da ideal para o ensino, uma instituição que possua biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades básicas.

De acordo com levantamento realizado nas instituições do Município que ofertam o ensino fundamental, é possível verificar que a infraestrutura destas instituições pode ser considerada como básica. Ainda faltam alguns ambientes, como biblioteca, refeitório, além de que, em algumas instituições, as salas de aula estão sendo adaptadas para outras atividades, pela falta de espaço físico ou da não existência dos ambientes necessários.

Tabela 2.3. Infraestrutura das Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado					
	Rede Municipal		Rede Estadual		Rede Particular	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Salas de aula	06	100	04	100	02	100
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	04	67	02	50	01	50
Sala de direção/equipe	05	83	04	100	02	100
Sala de professores	06	100	04	100	01	50
Sala de leitura/biblioteca/computação	05	83	03	75	02	100
Laboratório de Informática	06	100	04	100	02	100
Laboratório de Ciências	-	-	03	75	-	-
Refeitório	05	83	02	50	01	50
Copa/Cozinha	06	100	04	100	02	100
Quadra coberta	05	83	04	100	02	100
Banheiro de funcionários/professores	06	100	04	100	02	100
Banheiro de alunos	06	100	04	100	02	100
Sala de depósito	06	100	01	25	02	100
Sala de TV/DVD	01	17	-	-	01	50

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Esportes e brincadeiras			
Colchonetes (para a educação física)	03	01	02
Conjunto de brinquedos para parquinho	04	-	02
Cozinha			
Congelador/Freezer	06	04	02
Refrigerador/Geladeira	06	04	02
Fogão industrial	06	04	01
Liquidificador	06	04	02
Botijão de gás	06	04	02
Coleções e materiais bibliográficos			

Enciclopédias	06	03	02
Dicionários	06	04	02

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Literatura infantil-juvenil	06	04	02
Paradidáticos	04	04	02
Material complementar de apoio pedagógico	06	04	02
Equipamentos para áudio, vídeo e foto			
Projektor	04	04	02
Tela para projeção	03	02	01
Televisor	06	03	02
DVD	06	02	02
Suporte para TV e DVD	05	03	02
Máquina fotográfica	05	03	02
Aparelho de CD e rádio	05	02	02
Setor de Informática			
Computador para administração/docentes	06	04	02
Computador para sala de informática	06	04	02
Impressora	06	04	02
Copiadora multifuncional	06	03	02
Guilhotina de papel	04	01	02
Mobiliário e aparelhos em geral			
Mobiliário em geral (carteiras, cadeiras)	06	04	02
Arquivo de aço	06	04	02
Mesa de reunião	06	03	02
Mesa para refeitório	06	04	01
Estantes para biblioteca	05	04	02
Quadro para sala de aula	06	04	02
Bebedouro	06	04	02
Máquina de lavar roupa	04	02	01
Telefone	06	04	02
Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	-	01	-
Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	06	03	02

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

2.3 Recursos Humanos

As tabelas a seguir apresentam um panorama da formação e distribuição dos profissionais que atuam nas instituições de ensino fundamental no Município, nos mais diversos cargos ou funções.

Tabela 2.5. Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	04	-	04
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	06	-	06
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	06	-	06
Docência (20 horas)	-	-	-	-	01	76	-	77
Secretário Escolar	-	-	01	01	02	01	-	05
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	02	-	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	02	-	-	02
Bibliotecário	-	-	01	01	01	-	-	03
Auxiliar de Biblioteca	-	01	-	-	-	-	-	01,
Merendeira	-	02	03	01	-	-	-	06
Auxiliar de Serviços Gerais	01	12	17	04	03	-	-	37
Servente	-	-	02	01	-	-	-	03
Guarda noturno	-	-	02	-	-	-	-	02
Outros	01	-	-	-	-	-	-	01
Total	02	15	26	08	11	95	-	157

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.6. Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03
Vice-direção (40 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	07	-	07
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	-	77	-	77
Docência (40 horas)	-	-	-	-	-	24	-	24
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	04	-	04
Auxiliar Administrativo	-	-	03	-	04	08	-	15
Merendeira	-	-	04	-	-	01	-	05
Auxiliar de Serviços Gerais	-	02	10	-	06	01	-	19
Total	-	02	17	-	10	129	-	158

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.7. Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede privada de ensino, 2015

(continua)

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01

Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	03	-	03

Tabela 2.7. Recursos Humanos do Ensino Fundamental da rede privada de ensino, 2015

(encerra)

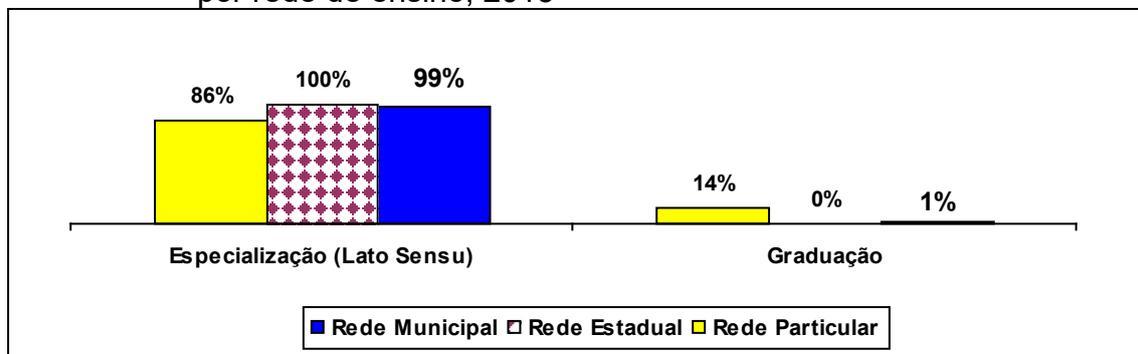
Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Docência (20 horas)	-	-	-	-	03	11	-	14
Docência (40 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	01	-	-	-	01
Merendeira	01	01	01	-	-	-	-	03
Auxiliar de Serviços Gerais	01	01	04	-	-	-	-	06
Total	02	02	05	01	04	21	-	35

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

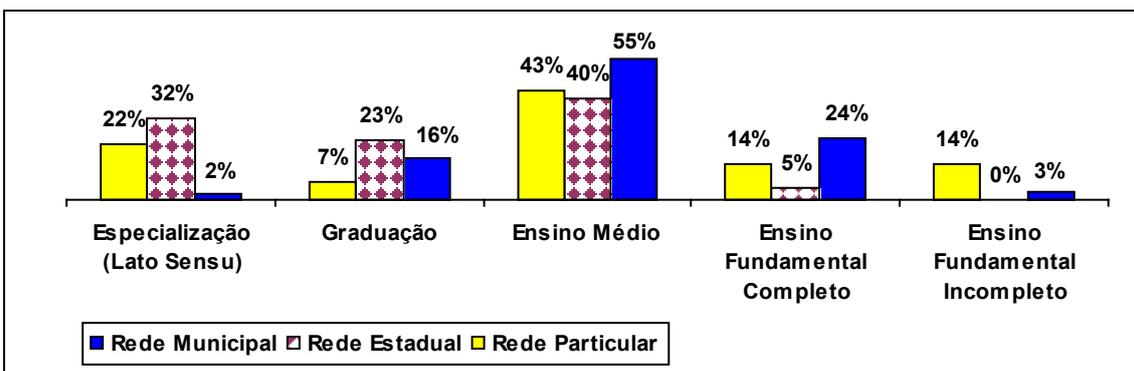
Para se ter um parâmetro de comparação entre as formações por rede de ensino, os dados apresentados nas Tabelas 2.6, 2.7 e 2.8 foram sintetizados nos gráficos a seguir.

Gráfico 2.3. Formação dos Profissionais do Magistério (docentes e suporte pedagógico) que atuam nas instituições de Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2015



Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Gráfico 2.4. Formação dos Profissionais de Apoio à Educação (secretário escolar, merendeira, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, servente, zeladora e guarda noturno) que atuam nas instituições de Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2015



Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

2.4 Indicadores Educacionais

Para que haja a universalização da conclusão da educação básica, é necessário criar mecanismos para diminuir as taxas de repetência e evasão e aumentar as de conclusão ao longo de um período de tempo.

Qualquer política de melhoria da qualidade da educação básica tem que contemplar dois aspectos simultaneamente: o aluno deve aprender e passar de ano.

Os dados da Tabela 2.8 mostram a evolução do rendimento e o movimento escolar dos alunos do ensino fundamental no período de 2011 a 2014, em cada rede de ensino.

Tabela 2.8. Rendimento e Movimento Escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

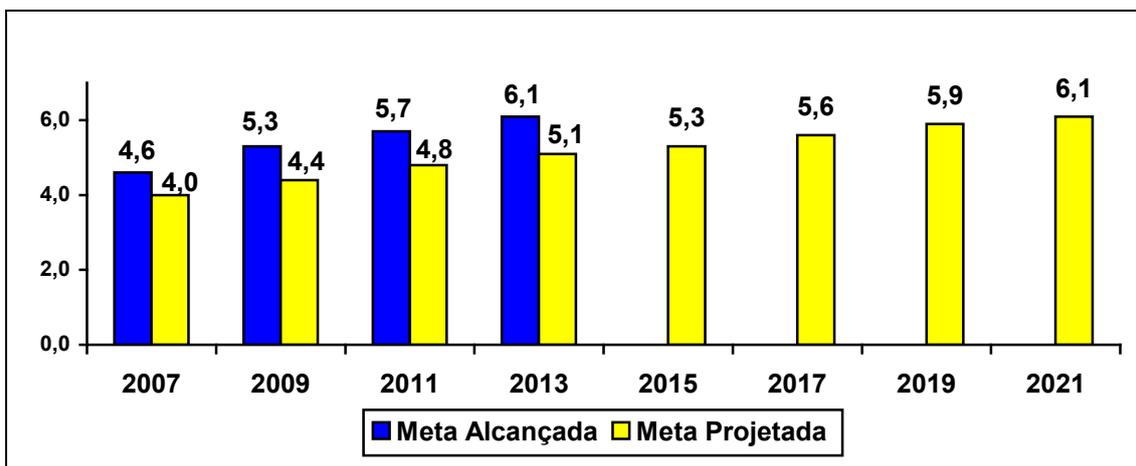
Rede de Ensino	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA									
Municipal	95%	5%	--	95%	4%	1%	94%	6%	--	94%	5%	1%
Estadual	93%	5%	2%	88%	9%	3%	95%	4%	1%	95%	3%	2%
Privada	95%	5%	--	93%	7%	--	97%	3%	--	97%	3%	--

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

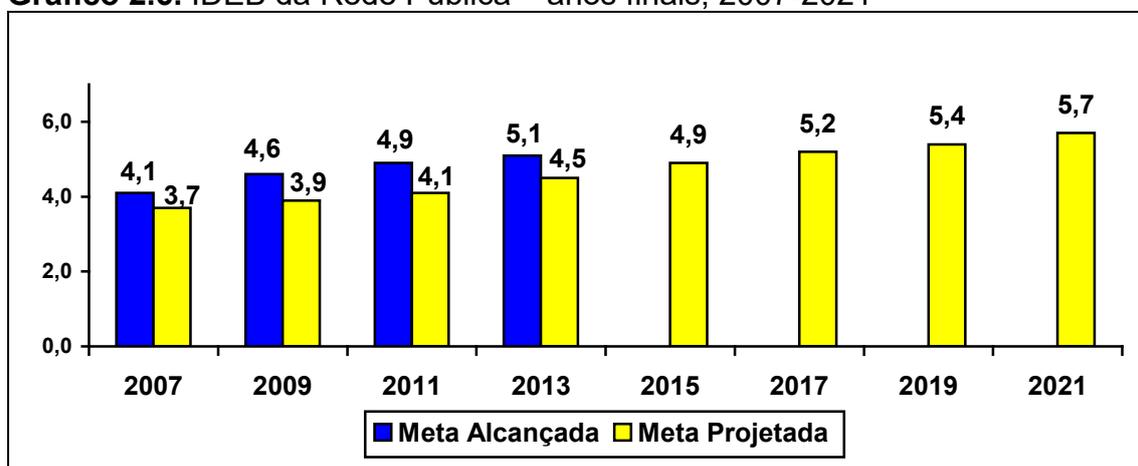
Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as instituições de ensino, tanto da rede municipal como estadual, conseguiram superar em 2013, as metas projetadas em 19,6% e 13,3%, respectivamente, como mostram os dados dos gráficos a seguir.

Gráfico 2.5. IDEB da Rede Pública – anos iniciais, 2007-2021



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em dezembro de 2014). Elaborado pela Consultoria, 2015.

Gráfico 2.6. IDEB da Rede Pública – anos finais, 2007-2021



Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em dezembro de 2014). Elaborado pela Consultoria, 2015.

Tabela 2.9. IDEB's observados e metas projetadas para as instituições públicas que ofertam o Ensino Fundamental, 2007 – 2021

Instituição de ensino	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EM Amaral Fontoura	4.3	4.7	5.4	5.1	6.3	4.4	4.7	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2	6.4
EM Emiliano Pernetá	4.2	5.1	5.6	6.0	6.5	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4
EM Nísia Floresta	4.3	4.9	5.5	6.6	6.2	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
EM Rocha Pombo	---	---	4.9	5.6	---	---	---	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2	6.5
EM Tasso da Silveira	3.1	4.1	5.0	5.0	5.3	3.2	3.5	4.0	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Colégio Estadual	3.6	3.8	4.8	4.9	5.0	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6

Almirante Tamandaré													
Colégio Estadual de Cruzeiro do Oeste	3.8	4.4	4.3	4.9	5.1	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8
Escola Estadual São Silvestre	---	---	4.0	---	---	---	---	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6

Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em dezembro de 2014).

Legenda: EM – Escola Municipal.

Tabela 2.10. Dados sobre o IDEB, por instituição educacional

Instituição de Ensino	Ações tomadas pelas instituições que atingiram ou ultrapassaram a meta prevista no último IDEB	Problemas verificados e que impediram que as instituições atingissem um resultado melhor
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Zelo pela permanência de todos os alunos na escola, combatendo a evasão escolar; Inserção dos alunos em programas de contra turno; Priorizar a qualidade de ensino, valorizando a aprendizagem dos alunos; Acompanhamento do planejamento dos professores; Trabalhos com simulados na perspectiva da Prova Brasil.	___ x ___
Colégio Estadual Anchieta	___ x ___	Não realizaram o IDEB
Colégio Estadual de Cruzeiro do Oeste	Estudo e análise dos descritores e distratores; Retomadas de conteúdos defasados considerando os descritores e os conteúdos estruturantes e básicos das Diretrizes Curriculares; Trabalho de informação e conscientização da importância da Prova Brasil.	___ x ___
Escola Estadual São Silvestre	___ x ___	Não realizaram o IDEB, por contar com número de alunos inferior a 20 no nono ano.
Escola Municipal Amaral Fontoura	Criação Comitê Comunidade em Ação.	___ x ___
Escola Municipal Emiliano Pernetá	Parceria família / escola.	___ x ___

Escola Municipal Nísia Floresta	Pedagogia Empreendedora; Leitura; Recuperação paralela; Participação da família no contexto escolar;; Reuniões pedagógicas.	Foi atingida a média nacional para o referido ano. Porém mesmo com todas as ações citadas o resultado não foi o esperado. Acredita-se que foram fatos externos: distorção idade série, faltas, entre outros.
Escola Municipal Rocha Pombo	___ x ___	Não realizaram IDEB, devido ao número pequeno de alunos
Escola Municipal Rosimeri Ortiz	___ x ___	Não realizaram IDEB, devido ao número reduzido de alunos
Escola Municipal Tasso da Silveira	Reforço individual e coletivo; Reunião com a comunidade; Escolha do professor de acordo com o perfil, para cada turma; Envolvimento da comunidade escolar (APM), pais, funcionários, Conselho Escolar, entre outros.	___ x ___

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

2.5 Gestão

A criação de um ambiente e de uma cultura participativas constitui-se em importante foco de atenção e objeto de liderança de um gestor escolar, pelo qual, gradualmente, tem-se promovido mudanças significativas na organização e orientação das escolas.

Essa promoção, de forma participativa, efetiva-se a partir de certas atenções básicas, dentre elas destacam-se: a elaboração da proposta pedagógica, a constituição de conselhos escolares, o desenvolvimento de projetos e as parcerias firmadas com a comunidade em geral.

As tabelas a seguir sintetizam alguns dados, que podem servir de subsídio para verificar como está a gestão das instituições que ofertam o ensino fundamental em Cruzeiro do Oeste.

Tabela 2.11. Dados sobre Proposta Pedagógica, por instituição de ensino

Itens	Total de instituições que atendem os itens listados		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
A instituição possui proposta pedagógica	06	04	02
Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da proposta pedagógica	06	04	02
A comunidade escolar conhece a proposta pedagógica da instituição de ensino	06	04	02
A atualização da proposta pedagógica é realizada periodicamente	06	04	02
A proposta pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	06	04	02

A proposta pedagógica prevê o atendimento educacional especializado	06	04	02
---	----	----	----

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 2.12. Projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino da rede municipal

(continua)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Escola Municipal Amaral Fontoura	- Comunidade em ação	333
Escola Municipal Tasso da Silveira	- Projeto Dia das Mulheres	150
	- Projeto Dia das Mães	330
	- Projeto de Reforço Escolar	50
Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter	- Sacola Literária	44
	- Contação de História	44
	- Datas Comemorativas	44
	- Jogos e brinquedos antigos	44

Tabela 2.12. Projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino da rede municipal

(encerra)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Escola Municipal Nísia Floresta	- Pedagogia Empreendedora	62
Escola Municipal Rocha Pombo	- Brinquedos reciclados	32
	- Jogos Matemáticos	32
Escola Municipal Emiliano Pernetá	- Família + Escola = Sucesso	150

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 2.13. Projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino das redes estadual e particular

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	- Sala de apoio – anos finais	20
	- Cultura e arte – anos finais	25
	- Treinamento esportivo – anos finais	25
	- Mundo do trabalho – Nível Médio	30
Colégio Estadual Anchieta	- Exposição do Colégio Estadual Anchieta - Expocea	550
Colégio Estadual de Cruzeiro do Oeste	- Não informado	-
Escola Estadual São Silvestre	- Língua Portuguesa e Uso das Mídias	20
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima	- Projeto da Campanha da Fraternidade	233
	- Mostra Científica e Cultural	233

	- Projeto de Produção de Texto	72
	- Projeto Musicalidade	155
	- Projeto a alunos novos	233
	- Projeto Rito de Passagem	233
	- Projeto Valores	233
	- Projeto brincando com a lógica	72
Escola Mundo Encantado	- Meio Ambiente	212
	- Educação para o Trânsito	212
	- Corpo, Saúde e Higiene	212
	- Alimentação e Saúde	212
	- Leitura, Canto e Encenação	212
	- Construindo Relações pela Diversidade	212
	- Nosso Folclore	212

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 2.14. Dados sobre Conselho Escolar, por rede de ensino

Itens	Total de instituições que atendem os itens listados		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
A instituição possui Conselho Escolar	06	04	-
O Conselho participa de debates e colabora na construção do planejamento escolar	06	04	-
Os seus membros recebem capacitação	03	04	-

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

Tabela 2.15. Ações desenvolvidas pelas instituições, por rede de ensino

Itens	Total de instituições que atendem os itens listados		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Desenvolve ações de reforço ao aprendizado dos alunos	06	04	02
Realiza monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los	05	04	01
Utiliza os dados de desempenho dos alunos como parte do seu planejamento pedagógico	06	04	02
Destina parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre a aprendizagem dos alunos	06	04	02
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	06	03	01
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	05	04	02
Proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	04	02	02
Proporciona o acesso dos alunos a atividades	06	04	02

esportivas			
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	06	04	02
Oferece aprendizado de informática aos alunos	06	02	02
Oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	06	03	01
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	06	04	02

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

2.6 Considerações Finais

2.6.1 Avanços – rede municipal de ensino

No decorrer dos anos percebeu-se que a comunidade escolar está em constante transformação no aspecto social e educacional. Um dos exemplos é o entendimento por parte da mesma sobre a mudança da imagem de projeto social para instituição de ensino. Os alunos se organizam melhor, comportam-se quase sempre dentro do padrão escolar, fazendo com que a aprendizagem seja mais eficaz com avanços significativos embora ainda necessite de melhorias em vários aspectos. Os educadores tem se capacitado e colocado em prática o exercício de sua função.

A formação dos profissionais constitui fator fundamental quando se pensa em qualidade de educação, é essencial para o seu crescimento constante como cidadãos e como pessoas. A formação continuada dos profissionais da educação tem se destacado através de palestras e cursos realizados a partir da parceria estabelecida pelo Município desde 2013, com a Editora Positivo. Nesses cursos são desenvolvidas novas práticas pedagógicas voltadas para o bem estar das crianças.

O IDEB nas escolas da rede municipal em 2013, superou a meta projetada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

2.6.2 Problemas – rede municipal de ensino

Com relação aos pais, considera-se que em grande parte, aproximadamente 70% são atuantes, participam das reuniões quando convocados, dão sugestões, são cooperativos e cobram da direção atitudes democráticas e coerentes com a nova política social. Mas, ainda existe uma parcela de pais que se encontram distantes do desenvolvimento educacional dos filhos e terceirizam para a escola, inclusive, os cuidados básicos pertinentes ao papel da instituição familiar.

Outro grande problema é o excesso de cuidados em relação aos direitos da criança e a falta de compromisso com os deveres, mesmo estando cientes destes.

A ausência de espaço físico, em algumas escolas, é um empecilho para a realização das atividades pedagógicas. Geralmente são realizadas em espaços improvisados.

O atendimento fonoaudiológico, psicológico e até neurológico, é demorado e quando atendido não é suficiente, pois a demanda é grande.

2.6.3 Avanços – rede estadual de ensino

- baixo índice de distorção idade/série;
- IDEB acima da meta;
- baixo índice de evasão.

2.6.4 Problemas – rede estadual de ensino

- fragmentação do quadro próprio dos professores;
- professores com aulas fora da área de formação;
- salas de aula superlotadas;
- desinteresse dos alunos;
- professores mal preparados;
- espaço físico insuficiente.

2.6.5 Avanços e problemas - rede particular de ensino

A Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima elencou como avanços:

- comprometimento do grupo em todas as atividades;
- qualificação crescente do ensino ofertado;
- a filosofia educacional pautada nos valores humanos e cristãos;
- tradição e inovação do ensino;
- famílias comprometidas.

Como problema levantado pela instituição, destaca-se a dificuldade financeira para aquisição de materiais diversificados.

3. ENSINO MÉDIO

3.1 Oferta

O ensino médio é ofertado no município de Cruzeiro do Oeste somente pela rede pública, em 2016 a rede particular de ensino iniciou com a oferta do Ensino Medio.

O Colégio Estadual Anchieta, além do ensino médio regular- com duração de três anos, oferta o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio na Modalidade Normal Integrado – com duração de quatro anos. Desde o ano de dois mil e treze, o Colégio Anchieta também oferta o Ensino Fundamental, em Nível Médio, na Modalidade Normal Integrado- com duração de quatro anos. Desde o ano de dois mil e treze, o Colégio Anchieta também oferta o Ensino Fundamental II. Para atendimento a alunos com defasagem de aprendizagem nas disciplinas de língua Portuguesa e Matematica, desde agosto de dois mil e quinze, o Colegio passou a ofertar uma sala de apoio a Aprendizagem, em setembro do mesmo ano, foi possível a abertura de uma sala de Recursos Multifuncionais, para dar suporte pedagógico conforme peculiaridades, a alunos do Ensino Fundamental II, Ensino d Medio e Formação de Docentes.

O Colégio Estadual Almirante Tamandaré também oferta, além do ensino médio regular, os cursos Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Recursos Humanos, em nível médio nas modalidades integrado e subsequente.

Tabela 3.1. Evolução das Matrículas do Ensino Médio, 2011 – 2015

Ensino Médio	Turno	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
		AL	TU										
Regular	M	289	12	276	11	254	10	270	09	411	12	179	06
	V	44	02	33	02	38	02	28	02	-	-	124	04
	N	289	12	303	11	268	10	256	09	155	06	-	-
Total		622	26	612	24	560	22	554	20	566	18		
Normal e Profissional	M	116	05	150	07	170	08	206	09	233	08		-
	N	50	03	77	04	52	03	39	02	50	03	-	
Total		166	08	227	11	222	11	245	11	283	11		
Total Geral		788	34	839	35	782	33	799	31	849	29	303	10

Fonte: Instituições de Ensino, fevereiro de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

3.2 Recursos Humanos

Ao todo atuam nestas instituições, 95 profissionais, dos quais 66 (69%) em funções de magistério e 29 (31%) em funções de apoio à educação.

Tabela 3.2. Recursos Humanos para o atendimento do Ensino Médio, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)						Total
	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Vice-Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01

Vice-Direção (40 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	07	-	07
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	41	-	41
Docência (40 horas)	-	-	-	-	11	01	12
Secretário Escolar	-	-	-	-	02	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	-	03	09	-	12
Merendeira	-	02	-	01	-	-	03
Auxiliar de Serviços Gerais	02	06	-	01	03	-	12
Total	02	08	-	05	79	01	95

Fonte: Instituições de Ensino, fevereiro de 2015. Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

3.3 Desempenho dos Alunos

As taxas mais preocupantes no ensino médio regular dizem respeito à evasão, como mostram os dados das tabelas a seguir.

Tabela 3.3. Taxas de aprovação, reprovação e evasão dos alunos do Ensino Médio regular, 2013 – 2014

Instituição	2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Colégio Estadual Anchieta	73,47%	12,93%	13,61%	91,17%	2,83%	6,08%
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	93,79%	6,21%	--	95,55%	3,08%	1,37%

Fonte: Portal Dia a Dia Educação. Consulta no site: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br>, em março de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Tabela 3.4. Taxas de aprovação, reprovação e evasão dos alunos do Ensino Médio, Normal e Profissional, 2013 – 2014

Instituição	2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Colégio Estadual Anchieta - Normal	93,38%	2,94%	3,68%	99,35%	0,65%	--
Colégio Estadual Almirante Tamandaré – Médio Integrado	96,70%	3,30%	--	97,80%	2,20%	--
Colégio Estadual Almirante Tamandaré – Nível Técnico	75,84%	7,38%	16,78%	86,96%	3,48%	9,57%

Fonte: Portal Dia a Dia Educação. Consulta no site: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br>, em março de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Como ações para amenizar a evasão, as instituições procuram desenvolver atividades de reforço ao aprendizado dos alunos; realizar monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los; utilizar os dados de desempenho dos alunos como parte do seu planejamento pedagógico; destinar parte do horário de trabalho dos professores para reflexão sobre a aprendizagem dos alunos e trabalhar de maneira integrada com o Conselho Escolar.

Quanto aos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para que os alunos atinjam os resultados esperados, as instituições oferecem grupos de

estudos em contraturno escolar em parceria com professores, realização de simulados e palestras com profissionais.

3.4 Considerações Finais

Os avanços elencados pelas instituições de ensino são: a participação dos alunos em todas as oportunidades de ensino ofertadas; a melhoria dos índices do IDEB; comprometimento dos profissionais das instituições de ensino com o processo ensino aprendizagem.

Os problemas apontados pelas instituições são: a rotatividade de muitos profissionais da educação; a fragmentação do quadro próprio dos professores, com professores com aulas fora da área de formação e a evasão escolar.

Como ações prioritárias foram elencadas: melhorar a qualidade e fortalecer o ensino médio; priorizar um ensino de qualidade; acompanhar o desempenho dos alunos nas avaliações internas e externas e realizar a busca ativa dos alunos evadidos.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Oferta

Com a pressão pelo aumento da procura de vagas no ensino superior público e o esgotamento dos recursos orçamentários do Poder Público em ampliar a oferta de vagas em sua própria rede de ensino, ocorreu uma expansão nesse nível de ensino no setor privado.

Frente a esse processo de privatização, o acesso da população de baixa renda nesse nível de ensino ficou mais comprometido e, conseqüentemente, a desigualdade social mais acentuada.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172/2001 estabeleceu como meta aumentar para 30% a proporção de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior até 2010.

Dessa forma, na última década, foram propostas políticas inclusivas e ações afirmativas, tais como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e as políticas de cotas, como solução para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, ampliar o acesso e garantir a equidade na formação dos discentes não é garantia de permanência e equidade para alunos ingressantes.

No município de Cruzeiro do Oeste três instituições oferecem o ensino superior: o Polo Regional de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Centro Universitário Tupy – Unisociesc e a FACO.

Os cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelo Polo são em parceria com Instituições de Educação Superior (IES) conveniadas, como: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Maringá (UEM), UEPG, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), UFPR e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Tabela 4.1. Cursos de Graduação ofertados pelo Polo Regional de Apoio Presencial da UAB de Cruzeiro do Oeste, 2015

Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Letras/Português – (UFSC)	50	37
Ciências Contábeis – (UFSC)	150	141
Administração – (UFSC)	140	132
Pedagogia – (UEM)	200	156
Administração Pública – (UEM)	100	70
História – (UEM)	75	77
Educação Física – (UEPG)	50	49
Letras – Português/Espanhol – (UEPG)	50	41
Pedagogia – (UFMS)	75	75
Matemática – (UFMS)	75	37
Geografia – (UEPG)	50	50

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

Tabela 4.2. Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Polo Regional de Apoio Presencial da UAB de Cruzeiro do Oeste, 2015

Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Gestão Educacional – (UFMS)	30	28
Saúde para Professores da Educação Fundamental e Médio – (UFPR)	32	32
Educação do Campo – (UFPR)	90	80
Genética para Professores do Ensino Médio – (UFPR)	40	37
Gestão Pública Municipal – (UEM)	100	47
Gestão Pública – (UEM)	100	88
Gestão em Saúde – (UEM)	100	77
História, Arte e Cultura – (UEPG)	40	53
Educação Física Escolar – (UEPG)	40	22
Gestão Educacional – Organização Escolar e Trabalho Pedagógico – (UEPG)	40	41
Controle da Gestão Pública – (UFSC)	20	11
Controle da Gestão Pública Municipal – (UFSC)	20	14
Gestão Ambiental em Municípios – (UTFPR)	80	80
Total	732	610

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

O Centro Universitário Tupy – Unisociesc oferta atualmente dois cursos de graduação (Tecnologia em Processos gerenciais e Licenciatura em Pedagogia) atendendo um total de 100 alunos. Quanto aos cursos de pós-graduação, atualmente a instituição oferta sete cursos.

Tabela 4.3. Cursos de Pós-Graduação ofertados pelo Centro Universitário Tupy – Unisociesc, 2015

Cursos	Total de vagas preenchidas
Educação Especial e Inclusiva	01
Coordenação Pedagógica	02
Psicopedagogia com foco em sala de aula	03
Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar	01
Tecnologias Educacionais	01
Engenharia da Qualidade	02
Engenharia Civil	01

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

A FACO oferece dois cursos de graduação: Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Oferece ainda vários cursos de pós-graduação nas áreas da Saúde, Educação, Meio ambiente e de Gestão de Empresas, como mostram os dados a seguir.

Tabela 4.4. Cursos de Graduação ofertados pela FACO, 2014

Cursos	Total de vagas ofertadas (semestral)	Total de vagas preenchidas (anual)
Tecnologia em Processos Gerenciais	40	24
Tecnologia em Gestão Pública	40	0

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

Tabela 4.5. Cursos de Pós-Graduação ofertados pela FACO, 2014

Cursos	Total de vagas ofertadas (semestral)	Total de vagas preenchidas (anual)
Neuropedagogia	50	25
Libras	50	00
Teologia	50	00
Psicomotricidade	50	28
Letramento e Alfabetização	50	15
Direito do Trabalho e Previdenciário	50	15
Direito Penal	50	15
Ambientação de Interiores: Tecnologia e Sustentabilidade	50	25
Arte e Educação	50	28
Educação do Campo	50	00
Educação Física Escolar	50	00
Educação Infantil	50	00
Gerontologia	50	00
Gestão Ambiental	50	32
Gestão Empresarial Estratégica	50	00
Gestão Escolar	50	20
Gestão Estratégica de Pessoas	50	20
Pedagogia em Espaços não Escolares	50	00
Psicopedagogia Clínica e Institucional	50	25
Saúde Pública	50	00
Urgência e Emergência	50	18
Fonoaudiologia	50	13

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

4.2 Infraestrutura

O Polo Regional de Apoio Presencial da UAB apresenta uma infraestrutura ótima, com dois grandes laboratórios de informática, uma excelente biblioteca, e salas de aulas adequadas para o atendimento dos cursos ofertados pelas IES conveniadas.

O prédio da Instituição foi construído pela Administração Pública Municipal especificamente para atendimento do Ensino Superior, sendo equipado com todo o mobiliário necessário para o bom funcionamento dos cursos. A UAB conta também com o apoio do MEC que doou computadores (por duas vezes) para o laboratório de informática, sendo os mesmos repostos periodicamente de acordo com a necessidade e defasagem dos equipamentos utilizados.

Apesar desta infraestrutura, foi apontada pelos docentes a necessidade de construir mais duas salas de aula e um anfiteatro para eventos culturais e reuniões.

Tabela 4.6. Infraestrutura do Polo Regional de Apoio Presencial da UAB de Cruzeiro do Oeste, 2015

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Espaço físico disponível adequado ao número de alunos.	X	-	-	-
Iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas.	X	-	-	-
Mobiliário confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos.	X	-	-	-
Adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto.	X	-	-	-
Instalações sanitárias adequadas para docentes, discentes e funcionários.	-	X	-	-
Condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.	X	-	-	-
Biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis.	X	-	-	-
Existência de acervo de recursos audiovisuais.	-	-	-	X
Acesso à Internet.	X	-	-	-

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

O Centro Universitário Tupy Unisociesc funciona na Escola Mundo Encantado, em parceria com os proprietários da referida Escola. Pelas informações coletadas, apesar da infraestrutura encontrar-se adequada ao bom funcionamento dos cursos, foram solicitadas ampliações do espaço físico, com a construção de mais salas de aulas e de sala de reunião.

Tabela 4.7. Infraestrutura do Centro Universitário Tupy – Unisociesc, 2015

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Espaço físico disponível adequado ao número de alunos.	-	X	-	-
Iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas.	-	X	-	-
Mobiliário confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos.	-	X	-	-
Instalações sanitárias adequadas para docentes, discentes e funcionários.	-	X	-	-
Adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto.	-	X	-	-
Condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.	-	X	-	-
Biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis.	-	X	-	-
Existência de acervo de recursos audiovisuais.	-	-	X	-
Acesso à Internet.	-	X	-	-

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

A FACO, que iniciou a prestação de serviços educacionais em abril de 2011, quando recebeu a autorização para funcionar por meio da Portaria Ministerial nº 418, de 12 de abril de 2011, encontra-se instalada provisoriamente no prédio da Escola Municipal Tasso da Silveira, cedido pela Administração Municipal.

A empresa proprietária da FACO está construindo uma sede própria, porém não tem uma data prevista para sua conclusão.

Tabela 4.8. Infraestrutura da FACO, 2015

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Espaço físico disponível adequado ao número de alunos.	-	X	-	-
Iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas.	-	-	X	-
Mobiliário confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos.	X	-	-	-
Adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto.	X	-	-	-
Instalações sanitárias adequadas para docentes, discentes e funcionários.	-	-	-	X
Condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.	-	-	-	X
Biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis.	X	-	-	-
Existência de acervo de recursos audiovisuais.	X	-	-	-
Acesso à Internet.	X	-	-	-

Fonte: Instituição Educacional, fevereiro de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

4.3 Docentes

Os docentes do Polo Regional de Apoio Presencial da UAB são disponibilizados de acordo com o curso ofertado e a instituição conveniada.

Na FACO atuam seis especialistas e três mestres, totalizando nove docentes.

No Centro Universitário Tupi – Unisociesc atuam 33 profissionais, sendo dez especialistas, 20 mestres e três doutores.

4.4 Índices de Evasão dos Acadêmicos

O Polo Regional de Apoio Presencial da UAB não dispõe dos dados da evasão de seus cursos em razão dos registros acadêmicos estarem em cada IES.

Tabela 4.9. Índices de Evasão na Educação Superior, por instituição de ensino, 2011 – 2014 (em %)

Instituição	Percentuais de evasão por ano			
	2011	2012	2013	2014
FACO	-	35%	39%	20%
UNISOCIESC	3%	3%	5%	4%

Fonte: Instituições Educacionais, fevereiro de 2015.

4.5 Parcerias

Existe uma parceria muito consistente com a Administração Pública na oferta do ensino superior. A Prefeitura Municipal, além de ser a mantenedora do Polo, também é parceira da FACO, cedendo as dependências da Escola Municipal Tasso da Silveira para a oferta de seus cursos.

Quanto ao Centro Universitário Tupi – Unisociesc, a Administração Pública também mantém uma parceria no atendimento das necessidades prioritárias da oferta dos cursos, atendendo a Instituição dentro das suas possibilidades.

4.6 Estágios

Antes da instalação do Polo da UAB, os estágios eram realizados exclusivamente pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Hoje os estagiários são contratados pelo Programa de Complementação Educacional (PROE), empresa que gerencia os estágios na cidade em convênio com a Associação Comercial de Cruzeiro do Oeste, a qual oferta, orienta, encaminha e controla os acadêmicos para estágio através da entrega de currículos na Secretaria Municipal de Educação e no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Os acadêmicos desenvolvem seus estágios regularmente nas escolas, pois a maioria dos cursos ofertados via UAB são destinados à formação de professores.

Quanto aos cursos de Administração e Ciências Contábeis, os acadêmicos realizam os estágios em empresas de Umuarama e Cruzeiro do Oeste, através de convênios efetuados entre as empresas e respectivas universidades.

Hoje a UAB tem convênios para estágios com a UFSC, UEM, UEPG, UFMS e IFPR (Instituto Federal do Paraná).

4.7 Dados Complementares

No Município, até o ano de 2008, os alunos que terminavam o Ensino Médio e projetavam a continuidade dos estudos na Educação Superior, obrigatoriamente tinham que se deslocar para outros municípios.

Depois da implantação do Polo da UAB em Cruzeiro do Oeste, com cursos gratuitos e conveniados com as IES públicas, o número de pessoas que se deslocavam para outros municípios foi reduzido drasticamente.

De acordo com informações coletadas, os jovens que não estudam nas IES do Município, buscam cursar a Educação Superior, em sua maioria, na cidade de Umuarama, Cianorte e algumas outras capitais, quando se trata de cursos na área médica e alguns da área de ciências exatas.

No Município não existe uma associação de acadêmicos, porém a Administração Municipal abriu uma licitação para a terceirização do transporte dos alunos para os municípios vizinhos de Umuarama e Cianorte.

A empresa Tunas Tur, ganhadora do processo licitatório, é que realiza hoje esse trabalho.

Diariamente a empresa Tunas Tur transporta acadêmicos para Umuarama e Cianorte, dos quais: 280 alunos para Umuarama no período noturno, 20 acadêmicos no período matutino e 14 no período noturno para Cianorte.

Os cursos de graduação mais procurados são: Pedagogia (UEM), Educação Física (UEPG), Ciências Contábeis (UFSC) e Administração (UFSC).

Os cursos de pós-graduação mais procurados são na área de Educação, como: Gestão Escolar, Saúde para Professores, Ensino da Matemática, História, Arte e Cultura, Psicopedagogia, Educação Especial e Libras.

Na área da Saúde, os cursos mais procurados são: Educação Física Escolar, Genética para Professores do Ensino Médio, Educação Física na Educação Básica e Gestão Ambiental.

Na área de Humanas, os cursos do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) – Gestão em Saúde, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Controle da Gestão Pública e Controle da Gestão Pública Municipal são os mais procurados.

Para Cruzeiro do Oeste, a instalação do Polo da UAB, da FACO e da UNISOCIESC, contribuiu para uma educação de qualidade no Município e região. Prova disso foi a condecoração de duas alunas do curso de Administração da UFSC, as quais receberam medalhas de “Honra ao Mérito” por terem se destacado entre 15.000 alunos do respectivo curso.

O Polo da UAB também se destacou na última colação de grau do Campus da UEM em Umuarama, onde uma aluna de Pedagogia da UEM, na modalidade a distância, recebeu a medalha de “Honra ao Mérito” obtendo a melhor nota entre os formandos.

Outro fator preponderante é a aprovação de muitos alunos oriundos da modalidade a distância, aprovados em concursos públicos do Município, Estado e região, provando quanto o Ensino Superior têm contribuído na vida desses profissionais.

Muitos alunos que terminaram o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis do Polo da UAB foram aprovados no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

4.8 Considerações Finais

Principais conquistas e/ou avanços que ocorreram neste nível de ensino:

- construção do prédio próprio da UAB com recursos do município pela Administração Municipal, a qual tem voltado um olhar no direcionamento da população acadêmica que necessita de uma formação e qualificação profissional adequada para o exercício de sua cidadania;

- providências tomadas pelo poder público municipal equipando em sua infraestrutura os ambientes (salas de aula, laboratórios, biblioteca e dependências administrativas) com mobiliário e equipamentos necessários ao bom andamento dos cursos conveniados via IES;
- liberação de recursos humanos para os vários setores de funcionamento do Polo da UAB, permitindo um atendimento de qualidade para os acadêmicos;
- elaboração do Conselho do Polo da UAB através de Decreto nº 498/2012, nomeando os membros para atuarem no respectivo conselho;
- elaboração do Plano de Gestão e funcionamento do Polo da UAB, em outubro de 2011, discutido e analisado pelos tutores, funcionários e coordenação do Polo;
- elaboração do Regimento Interno do Polo da UAB, discutido e analisado pelos membros atuantes do respectivo Polo;
- possibilidade de interação dos acadêmicos com as escolas do Município, tanto estaduais como municipais, onde os mesmos realizam atividades para cumprimento do Plano de Curso, fazem observações, estágios, desenvolvem programas inerentes ao curso em que estão matriculados;
- participação em eventos culturais e cívicos de acadêmicos representando as IES atuantes no Polo da UAB;
- ampliação de cursos e vagas de graduação, bacharelado e especializações, diversificando a oferta de cursos mais solicitados pela comunidade acadêmica;
- ampliação de Convênios com outras Instituições de Ensino Superior na busca de ofertar cursos que apresentaram uma demanda maior no Município.

Principais problemas existentes no atendimento deste nível de ensino:

- falta de recursos do Ministério da Educação para ajudar na manutenção de despesas do Polo da UAB;
- dificuldades na contratação de pessoal administrativo pelo Município para atuar nos diversos setores do Polo;
- dificuldades de adesão dos acadêmicos que estudam em outros municípios da região para formar uma Associação de Acadêmicos;
- falta de recursos financeiros na elaboração de seminários, encontros, palestras e demais atividades inerentes aos cursos ofertados no envolvimento com a comunidade;
- dificuldade da Administração Pública Municipal em disponibilizar recursos humanos para o Polo da UAB.

Ações prioritárias e necessárias para que as Instituições de Educação Superior possam garantir qualidade no seu atendimento:

- assegurar aos acadêmicos do Município a continuidade do espaço nas escolas municipais para a realização dos estágios supervisionados;
- buscar junto às Instituições de Ensino Superior novas parcerias e convênios no sentido do Polo da UAB ofertar cursos de graduação e ou especializações que apresentem demanda na região;
- buscar parcerias com Instituições de Ensino público e privado para ofertar aos alunos da comunidade cursos pré-vestibulares no Município;
- assegurar os padrões mínimos de qualidade fixada pelo governo federal, com melhorias progressivas na estrutura dos laboratórios de informática,

- equipamentos e ampliação do acervo bibliográfico, como condição mínima de credenciamento do Polo da UAB junto ao governo federal, o qual passa por avaliação anual junto a esse órgão;
- alterar, modificar, inserir ou substituir itens do Regimento Interno do Polo da UAB, que precisam ser analisados para o bom funcionamento do mesmo;
 - garantir a interação de profissionais da Educação Pública do Ensino Básico com os profissionais que atuam nas IES por meio de encontros, palestras, seminários, debates e desenvolvimento de projetos que contribuam para a melhoria da educação;
 - apoiar a continuidade de cursos de extensão, qualificação profissional e pós-graduação que atendam a demanda regional;
 - buscar recursos junto aos órgãos federais para a ampliação da estrutura física do Polo, com a construção de um anfiteatro e de mais salas de aula para o bom andamento dos trabalhos da Instituição;
 - fomentar a oferta da educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;
 - propor ao Poder Público Municipal a instalação de um Laboratório de Ciências, Físicas e Biologia para atendimento dos profissionais que atuam nessa área;
 - criar mecanismos de estímulo para os acadêmicos concluírem os cursos, de forma a diminuir a evasão;
 - efetuar trocas periódicas de equipamentos que se tornam obsoletos no decorrer dos anos, substituindo-os por equipamentos modernos e funcionais;
 - estimular a integração e a atuação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências estaduais de fomento à pesquisa.

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Oferta

De acordo com os dados do IBGE, o Município possui aproximadamente 20.418 mil habitantes, destes, 2.564 são considerados analfabetos ou semianalfabetos.

Para esta população, o Município oferta o Programa Paraná Alfabetizado (programa estadual) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA): EJA Fase I, na rede municipal e EJA Fase II, na rede estadual.

Tabela 5.1. Oferta da EJA, 2017

Programas / Cursos	Número de alunos atendidos	Turno
EJA – Fase I	20	Vespertino
EJA – Fase II	116	Noturno

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Outubro de 2017.

Tabela 5.2. Evolução das Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2012 – 2016

Programas / Cursos	Turno	2012	2013	2014	2015	2016
EJA – Fase I	M	-	-	-	-	-
	V	60	47	23	30	-
	N	-	-	-	-	-
EJA – Fase II	M	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-
	N	256	276	202	116	133
Paraná Alfabetizado	M	-	-	-	-	-
	V	35	48	14	18	-
	N	38	114	76	32	50
Total Geral		389	485	315	196	183

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Outubro de 2017.

Legenda: M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

A EJA – Fase I é ofertada na Escola Municipal (Tasso da Silveira). A Escola possui espaço físico adequado, com salas de informática e biblioteca. Além disso, os alfabetizandos têm acesso aos materiais didáticos, bem como merenda e transporte escolar. Participam também de todas as atividades da escola, como celebrações, projetos, jogos, reuniões e palestras.

A EJA Fase II é ofertada no Colégio Estadual Cruzeiro do Oeste, que possui espaço físico suficiente (salas de aula).

O Programa Paraná Alfabetizado é oferecido em Escolas Municipais, Centro de Educação Infantil, Salão Comunitário, Igrejas e na Sociedade Beneficente de Apoio aos Idosos de Cruzeiro do Oeste (SOBAICO).

O material didático utilizado na EJA é o material elaborado pelo MEC/FNDE (Ministério da Educação e Cultura/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e atende as necessidades dos docentes e discentes. Os docentes realizam as adaptações de acordo com a aprendizagem dos alunos.

Os professores da EJA Fase I participam de encontros pedagógicos e de cursos ofertados pelo Município e pelo Núcleo Regional de Educação (NRE). Os professores da EJA Fase II e os professores do Paraná Alfabetizado participam de reuniões e de cursos ofertados pelo NRE de Umuarama.

Na rede municipal de ensino há alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência intelectual) e os professores que atuam nestas salas possuem especialização em Educação Especial. No Programa Paraná Alfabetizado e na EJA Fase II, também há alunos que apresentam deficiências, porém nem todos os professores possuem especialização em Educação Especial.

Na Secretaria Municipal de Educação funciona o Departamento de Educação de Jovens e Adultos, tendo uma pessoa que coordena e assessora as escolas e os professores. Também são firmadas parcerias com a Secretaria de Saúde e Ação Social para o atendimento aos alunos da EJA.

5.2 Considerações Finais

Percebe-se que não há no Município jovens analfabetos, resultado dos trabalhos realizados na educação. Os alunos da EJA Fase I são, em sua maioria, da terceira idade. Estes apresentam problemas diversos de doença, são faltosos e não se preocupam tanto com o aprender, mas sim com a socialização entre os colegas. Por estas características, verifica-se um alto índice de evasão.

Na rede estadual encontramos alguns problemas como:

- Dificuldade de adequar o trabalho com o horário das aulas, gerando desistência;
- Desinteresse dos alunos pelo estudo;
- Baixa participação das famílias na vida escolar dos alunos (alunos menores);
- Falta de perspectiva com relação ao trabalho e com isso gera desmotivação pelo estudo;

Por outro lado o Colegio Estadual Cruzeiro do Oeste, oferece salas de aulas com ar condicionado, espaço físico suficiente e professores bem preparados para ofertar um ensino de qualidade.

6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Perfil da Situação Empregatícia do Município

A instituição que realiza um trabalho de apoio e de coleta de dados na integração aos desempregados do Município e de pesquisa para verificar a necessidade de mão de obra especializada que possa atender a demanda das empresas locais é a Agência do Trabalhador, através do programa “Intermediação de Mão de Obra”, juntamente com o Conselho Municipal do Trabalho e Prefeitura, por meio da Secretaria de Indústria e Comércio. A Agência do Trabalhador consegue filtrar 30% dos dados referentes à oferta de emprego e encaminhamento para o trabalho.

Com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apresentados na tabela a seguir (Tabela 6.1), é possível verificar um pequeno aumento do quadro de empregados no ano de 2014.

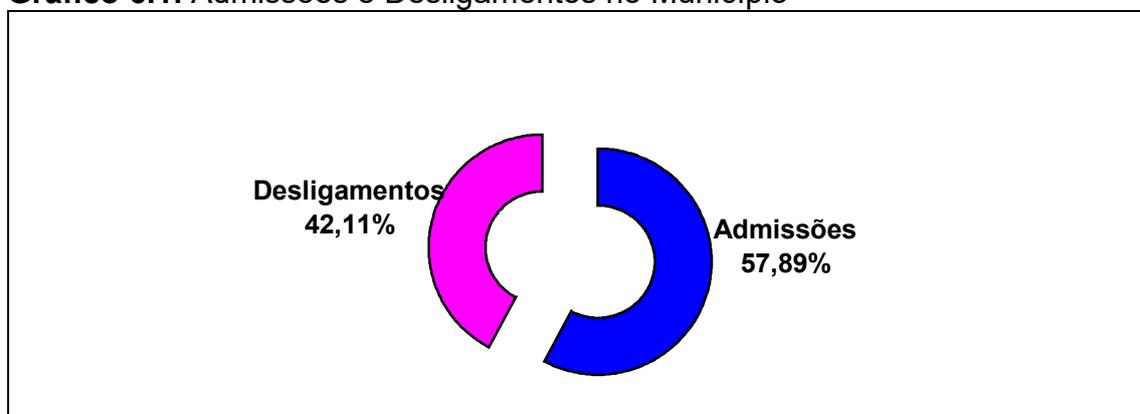
Os dados apresentados são da microrregião de Umuarama, cujo quadro é consolidado na movimentação agregada de nível geográfico.

Tabela 6.1. Situação Empregatícia no Município, 2014 – 2015

Movimentação Agregada	Município	%	Micro Região	%	Paraná	%	Brasil
Admissões	220	8,85	2.486	0,16	138.126	0,01	1.778.077
Desligamentos	160	7,67	2.086	0,13	126.135	0,01	1.748.482
Número de Empregos Formais – 01/01/2014	4.000	6,98	57.297	0,15	2.713.091	0,01	40.656.491
Total de Estabelecimentos	924	5,98	15.439	0,14	638.019	0,01	8.002.044
Varição Absoluta	60	-	400	-	11.991	-	29.595

Fonte: CAGED. Consulta no site: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em 25/02/2015.

Gráfico 6.1. Admissões e Desligamentos no Município



Fonte: CAGED. Consulta no site: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em 25/02/2015.

Esta queda no nível de desemprego no Município deve-se às políticas de incentivo à instalação e/ou ampliação de novas empresas, atrelada à formação profissional, adotadas pela administração municipal, por meio da implantação de programas como: “Pro Gerar” (Geração de Emprego e Renda), “Fábrica de Mão-de-Obra” e “Reciclando Cidadão”.

Com o Programa Pro Gerar, mais de 12 empresas foram beneficiadas com isenção de tributos municipais e cessão de terrenos e barracões. Esses incentivos são garantidos por meio da Lei Municipal nº 021/2007 e, em troca, as empresas se comprometem em gerar empregos. Através deste Programa, a Prefeitura Municipal conseguiu recuperar barracões e terrenos (cedidos para as empresas se instalarem).

O Município também conta com a Incubadora Empresarial, que abriga seis empresas, sendo duas de artesanato e quatro de facção.

Entre 2014 e 2015, foram abertas 288 novas empresas no Município, em setores como móveis, alimentação, brinquedos, confecção e facção, panificação, eletrodomésticos, segurança, transporte rural, terraplanagem, entre outros.

Os setores que mais empregam no Município são as fábricas de móveis, os frigoríficos, o laticínio, a Indústria e Comércio de Resíduos Têxteis e as facções de costura industrial.

Segundo a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, mais de 48 pessoas são beneficiadas com máquinas de costura industrial em comodato para trabalho autônomo.

Com o Programa Fábrica de Mão-de-Obra, foram qualificadas, em 2014, 88 pessoas no curso de costura e 22 da reciclagem, e em 2015, 20 pessoas participam do curso de costura e 15 do curso de reciclagem e as vagas continuam abertas com uma perspectiva de superar 2014.

O Programa Reciclando Cidadão é um programa de Coleta Seletiva que retirou do Meio Ambiente mais de 32,77 toneladas/mês de material reciclável no período de 2014. O Programa, que se tornou uma Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Cruzeiro do Oeste (ARCO), conta com 15 integrantes que trabalham em torno do material recolhido diariamente. Todo o material recebido, depois de separado, é prensado e enfardado e colocado à venda. Do início do programa em 2005 até agora, houve um aumento de 28% em relação ao salário dos seus associados, que antes girava em torno de R\$ 200,00 e hoje está na média de R\$ 710,00.

Em 2015, será entregue para a ARCO, através de convênio Prefeitura Municipal e Fundação Nacional da Saúde (FUNASA): um barracão com 1.122,17m² (área operacional, vestiário, banheiro, refeitório, sala administrativa); um elevador de carga móvel com capacidade para 500 kg; uma esteira para separação com 25 metros de comprimento, um metro de altura e nove centímetros de largura; um triturador de vidros com capacidade granulométrica de 30 cm de diâmetro.

A tabela a seguir reúne informações do Sistema Público de Emprego e Renda do CAGED, de acordo com os setores do IBGE, faixas etárias e também as ocupações com maiores estoques. Mostra também entre outros, que o setor que mais emprega é o da indústria e que os maiores beneficiários nos setores empregatícios são os homens.

Tabela 6.2. Números de Empregos Formais em 31 de Dezembro de 2013

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
Indústria Transformadora	1.020	625	1.645
Construção Civil	103	4	107
Comércio	363	289	652
Serviços	286	271	557
Administração Pública	219	546	765
Agropecuária	308	76	384
Total	2.299	1.811	4.110
Faixas Etárias			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
15 a 17 anos	43	13	56
18 a 24 anos	479	299	778
25 a 29 anos	346	300	646
30 a 39 anos	609	546	1.155
40 a 49 anos	490	444	934
50 a 64 anos	312	207	519
Acima de 65 anos	20	2	22
Total	2.299	1.811	4.110
Ocupações com Maiores Estoques			
Ocupação	Masculino	Feminino	Total
Alimentador de Linha de Produção	300	246	546
Assistente Administrativo	207	308	515
Trabalhador Agropecuário em Geral	183		
Vendedor de Comércio Varejista	81	146	227
Professor de Nível Superior dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	9	165	174

Fonte: RAIS/MTE.

Entre os programas existentes no Município que auxiliam na questão emprego e renda, destacam-se:

- Programa de Inseminação Artificial (PIA), com acompanhamento sistemático de veterinário e técnico em práticas de manejo reprodutivo e adequação de instalações e sanidade alimentar do rebanho;
- Programa Alternativo Municipal, que tem como objetivo encaminhar jovens e adolescentes, e dar a eles uma chance de um futuro digno. O programa dispõe de 25 vagas distribuídas entre os períodos da manhã e da tarde, atendendo jovens e adolescentes (do sexo masculino) entre 12 e 17 anos. Oferta educação escolar com direito a merenda e reforço; desenvolve atividades extra classe com a finalidade de socialização e profissionalização dos alunos envolvidos como jardinagem, horticultura, iniciação de informática, fabricação e comercialização de sacolas plásticas, artesanato com material reciclado, diversas palestras, introdução à música, esporte e lazer (tênis de mesa, futebol, basquete, vôlei e outros);

- Programa Terra Fértil, que atende parte da demanda de insumos agropecuários de agricultores e familiares do Município, sendo na sua maioria pequenos e micro produtores, com acesso ao insumo a um preço subsidiado. O programa visa contribuir para o aumento da produtividade agrícola e pecuária, através da melhoria da condução técnica das lavouras e criações devido ao uso racional de insumos agropecuários, contribui também para o manejo adequado do solo, com emprego de corretivos de acidez e de fertilidade, proporcionando maior cobertura do solo durante o cultivo;
- Programa de Compra Direta que ajuda o produtor rural com a aquisição dos produtos agrícolas para reforço da merenda das escolas e creches municipais;
- Programa Jovem Jardineiro, proposta de capacitação para adolescentes com idade entre 16 e 17 anos e 11 meses, podendo ser ou não aluno do projeto alternativo, buscando a profissionalização de no mínimo quatro jovens por ano, com remuneração e uma bolsa de estágio para os participantes. Quando o jovem for aluno do projeto, a capacitação será inserida entre as atividades já desenvolvidas na unidade. Este projeto é uma oportunidade de ganho real dentro da realidade do Município, valorizando o seu desempenho e autoestima.

6.2 Formação e Qualificação Profissional

A qualificação profissional é a preparação do cidadão através de uma formação profissional para que ele ou ela possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho. A qualificação profissional não é uma formação completa. Ela é utilizada como complemento da educação formal podendo ser aplicada nos níveis básico, médio ou superior. Sua carga horária vai depender da necessidade de aprendizagem.

Seu objetivo principal é a incorporação de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio de processos educativos desenvolvidos em diversas instâncias (escolas, sindicatos, empresas, associações).

A Administração Municipal investe na qualificação dos servidores quando oportuniza cursos específicos na área dos diversos setores, de acordo com as demandas solicitadas pelas secretarias municipais (cursos de atualizações, cursos específicos dos cargos dos servidores ou específicos da área), além de cursos como os do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional (PRONATEC).

A Administração Municipal também oferece incentivos para a ampliação na formação profissional de seus funcionários, com: descontos e financiamentos em cursos para profissionais que pretendem se especializar, parceria através de bolsas com a FACO, além de vantagens na progressão para funcionários que se especializam na área trabalhada, assegurada no Plano de Cargos e Salários do funcionalismo público.

As principais instituições que ofertam cursos técnicos profissionalizantes ou de qualificação no Município são: Agência do Trabalhador, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), Sindicato Rural Patronal, FACO e UAB, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Tabela 6.3. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município no ano de 2014

(continua)

Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
UAB-IFPR	Técnico em Transações Imobiliárias	Prefeitura Municipal	Alunos do Ensino Médio (completo)
UAB-IFPR	Extensão em Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e com vida	Prefeitura Municipal	Professores e alunos do 2º Grau
UAB-IFPR	Qualificação em Tecnologia Digital Aluno Integrado	Prefeitura Municipal	Professores e alunos do 2º Grau
SENAR	Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Empreendedor Rural
SENAR	Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Empreendedor Rural e Tratorizado
SENAR	Trabalhador na Fruticultura Básica 01	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
SENAR	Trabalhador na Fruticultura Básica 02	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
SENAR	Trabalhador na Fruticultura Básica 03	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
SENAR	Gestão Pessoas 01 e 02	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural – Mulher atual
SENAR	Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Tratorista Agrícola
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Administração	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio

Tabela 6.3. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município no ano de 2014

(encerra)

Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Informática	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Recursos Humanos	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Vendas	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio

Sigla: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Fonte: Instituições listadas, fevereiro de 2015.

Tabela 6.4. Possíveis vagas de cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional que serão ofertados no Município, 2015 – 2016

(continua)

Ano	Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
2015	SENAR	Informática Avançada	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
2015	SENAR	Tratorista 01	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
2015	SENAR	Tratorista 02	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
2015	SENAR	Agrotóxico	Prefeitura Municipal e Sindicato Patronal	Trabalhador Rural
2015	Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Administração	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio
2015	Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Recursos Humanos	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio
2015	Colégio Estadual Almirante Tamandaré	Técnico em Informática	Estadual	Alunos que concluíram o Ensino Médio

Tabela 6.4. Possíveis vagas de cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional que serão ofertados no Município, 2015 – 2016
(encerra)

Ano	Instituição Promotora	Curso	Parcerias	Público Alvo
2016	UAB-IFPR	Agente Comunitário de Saúde	Prefeitura Municipal	Alunos do Ensino Médio (completo)
2016	UAB-IFPR	Segurança do Trabalho	Prefeitura Municipal	Alunos do Ensino Médio (completo)
2016	UAB-IFPR	Técnico em Secretariado	Prefeitura Municipal	Alunos do Ensino Médio (completo)

Fonte: Instituições listadas, fevereiro de 2015.

Tabela 6.5. Cursos ofertados pela Associação Comercial e Industrial de Cruzeiro do Oeste (ACICO), 2014 – 2015

Curso	2014	2015 (previsão de vagas)
Instalações Elétricas – Soluções Treinamentos - MG	10	Sem previsão
Atendente de Farmácia – Cety Way – Palmas PR	20	15
Informática Básica	12	Sem previsão

Fonte: ACICO, fevereiro de 2015.

Tabela 6.6. Cursos ofertados pela APMI – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, 2014 – 2015

Curso	2014	2015 (previsão de vagas)
Pintura	75	61 – 75
Crochê	45	30 – 45
Bordado	55	15 – 55

Fonte: APMI, fevereiro de 2015.

Tabela 6.7. Cursos ofertados pelo PRONATEC, 2014 – 2015

2014 Cursos	2014 (número de alunos)	2015 (previsão de cursos)
Modelista	18	Eletricista
Eletricista	20	Operário
Pintor de obras	20	Recreador
-	-	Auxiliar Administrativo

Fonte: Prefeitura Municipal, fevereiro de 2015.

Tabela 6.8. Cursos ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, 2014 – 2015

Curso	2014	2015 (previsão de vagas)
Pintura	20	20
Bordado e Patwork	16	16
Crochê	20	20

Fonte: CRAS, fevereiro de 2015.

Além das instituições citadas, o Wizard – Escola de Inglês, oferta cursos particulares de Inglês e Espanhol.

6.3 Considerações Finais

Hodiernamente, a sociedade e o conhecimento têm a necessidade de andarem juntos, pois trazem importantes implicações nos campos do trabalho e da educação. Percebe-se que a oferta de profissionalização vem crescendo e a procura tem diminuído, em contrapartida, verifica-se o aumento da qualidade e nível dessa profissionalização tecnológica.

Um dos principais problemas existentes no atendimento da Educação Tecnológica e Formação Profissional no Município é o mapeamento fálho das necessidades empregatícias das empresas e a criação de cursos direcionados para essas especificidades.

É importante estruturar um sistema municipal de informação profissional, articulando a oferta de formação profissional e a oferta das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e à consulta promovida pelas entidades empresariais e de trabalhadores.

Para que se possa trabalhar na sociedade do conhecimento, se faz necessário cada dia mais educação.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 Instituição Especializada

7.1.1 Dados gerais sobre a instituição

A Escola de Educação Especial Irmã Ana Tomczak, fundada em 10 de abril de 1980, é a entidade responsável no Município, em oferecer às pessoas com necessidades especiais um atendimento diferenciado.

A Escola tem como mantenedora a APAE de Cruzeiro do Oeste e oferta os programas de:

- Educação Infantil, na modalidade de Educação Precoce para crianças de zero a três anos e de Educação Pré-Escolar, para crianças de quatro a cinco anos de idade;
- Ensino Fundamental com Escolarização Inicial e Escolarização de Jovens e Adultos;
- Educação Profissional – Nível Básico, com Iniciação Profissional e Colocação no Trabalho.

Tabela 7.1. Evolução do atendimento na Instituição Especializada, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015

Níveis / Modalidades	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Educação Infantil (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	07	01	04	01	08	01	08	01	08	01
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil (4 a 6 anos)	M	06	02	05	01	03	01	05	01	05	01
	V	13	02	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental	M	15	02	47	08	47	09	45	08	45	06
	V	18	03	17	03	27	05	26	05	31	05
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Profissional	M	33	05	06	01	08	02	12	02	08	01
	V	36	05	17	04	30	05	28	05	23	03
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		128	20	96	18	123	23	124	22	120	17

Fonte: Escola Irmã Ana Tomczak, janeiro de 2015.

Tabela 7.2. Total de alunos atendidos na Instituição Especializada, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Número de alunos		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Profissional
Deficiência Física	-	03	03
Deficiência Intelectual	12	60	31
Autismo Clássico	-	02	02
Total	12	65	36

Fonte: Escola Irmã Ana Tomczak, janeiro de 2015.

7.1.2 Infraestrutura

Quanto a infraestrutura, a instituição necessita de construção de salas de aula, cobertura para a quadra, pintura interna e externa, construção de corredor coberto para acesso externo e reforma da piscina para o atendimento de hidroterapia.

Tabela 7.3. Infraestrutura da Instituição Especializada, 2015

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	-	X	-	-	-
Água filtrada ou tratada	X	-	-	-	-
Esgoto	-	X	-	-	-
Sala de direção	X	-	-	-	-
Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica	X	-	-	-	-
Sala de orientação educacional	-	-	-	-	X
Secretaria	X	-	-	-	-
Sala de professores	X	-	-	-	-
Sala de reuniões	-	-	-	-	X
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	X	-	-	-
Sala de recursos didáticos	-	-	-	-	X
Auditório	-	-	-	-	X
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	-	-	-	-	X
Almoxarifado (material escolar)	-	-	X	-	-
Refeitório	-	X	-	-	-
Depósito (material de limpeza)	-	-	X	-	-
Depósito de botijão de gás	X	-	-	-	-
Depósito de lixo	-	X	-	-	-
Cozinha	X	-	-	-	-
Dispensa (alimentos)	-	X	-	-	-
Instalações sanitárias – alunos	-	-	X	-	-
Instalações sanitárias – administrativo	-	-	-	-	X
Instalações sanitárias – funcionários	-	X	-	-	-
Recreio coberto	-	X	-	-	-
Campo esportivo	-	-	-	-	X
Quadra poliesportiva	-	-	-	-	X
Quadra de esportes coberta	-	-	-	-	X
Piscina	-	X	-	-	-
Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)		X	-	-	-
Laboratório de informática	-	-	-	-	X
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	-	-	X	-	-
Acesso à internet para professores e funcionários	-	X	-	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	X	-	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao aluno	X	-	-	-	-
Material pedagógico de apoio ao professor	X	-	-	-	-
Adequação às características das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	X	-	-	-	-

Fonte: Escola Irmã Ana Tomczak, janeiro de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

7.1.3 Recursos humanos

A Escola possui um quadro de recursos humanos composto por professores, técnicos e funcionários com habilitação necessária para o exercício de suas funções. No entanto, apresenta número de docentes insuficiente e suporte pedagógico em número suficiente.

Tabela 7.4. Recursos Humanos da Instituição Especializada, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção	-	-	-	-	-	01	-	01
Vice-Direção	-	-	-	-	-	01	-	01
Coordenação	-	-	-	-	-	02	-	02
Docência	-	-	-	-	-	24	-	24
Secretário Escolar	-	-	01	-	-	-	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	-	01	-	-	01	-	02
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	-	01	-	-	-	-	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	03	02	-	-	-	-	05
Servente	-	-	01	-	-	-	-	01
Zeladora	-	01	01	-	-	-	-	02
Instrutores	-	01	02	-	-	-	-	03
Motorista	-	-	01	-	-	-	-	01
Total	-	06	09	-	01	29	-	45

Fonte: Escola Irmã Ana Tomczak, janeiro de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 7.5. Atendimento de Técnicos, 2015

Tipos de Técnicos	Quantidade de profissionais
Fonoaudiólogo	02
Psicólogo	01
Assistente Social	02
Fisioterapeuta	02
Terapeuta Ocupacional	01
Neurologista	01

Fonte: Escola Irmã Ana Tomczak, janeiro de 2015.

7.1.4 Projetos

Vários projetos e programas são desenvolvidos durante o ano letivo, e que estão contemplados na Proposta Pedagógica, tais como:

- Grupo de Autodefensores, com o objetivo de trabalhar temas de cidadania e desenvolver a criatividade nos nove alunos participantes, acompanhados pela psicóloga e assistente social;
- Programa de Hidroterapia: visa o desenvolvimento motor e a psicomotricidade, tendo como responsável um fisioterapeuta;
- Programa de Equoterapia: tem como responsáveis uma fisioterapeuta, uma fonoaudióloga e um equitador, que utilizam dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, o

- desenvolvimento biopsicosocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais;
- Clube de Mães: tem como objetivo ensinar às mães um ofício que as ajude na complementação da renda familiar. Os encontros acontecem uma vez por semana e são acompanhados por uma professora, uma psicóloga e uma assistente social;
 - Formação Continuada de professores;
 - Grupos de estudo;
 - Jornada Pedagógica;
 - Semana Cultural.

7.1.5 Transporte escolar

A Escola necessita de um ônibus adaptado para atender as necessidades dos alunos. Atualmente dispõe de uma kombi própria e de transporte oferecido pela Administração Municipal.

Tabela 7.6. Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Instituição Especializada, 2015

Tipo Transporte	Número de alunos transportados por dia
Ônibus – municipal	34
Kombi – municipal	04
Kombi – própria	36

Fonte: Escola Irmã Ana Tomczak, janeiro de 2015.

7.1.6 Convênios

Os convênios firmados pela Instituição são com:

- Poder Público Municipal, envolvendo recursos financeiros, transporte escolar, material de consumo e cedência de profissionais;
- Poder Público Estadual – Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), com recursos financeiros de custeio e para pagamento de funcionários conveniados, recursos humanos de estatutários e celetistas, recebimento de bens permanentes;
- Serviço Único de Saúde (SUS), com recursos financeiros para pagamento de técnicos;
- Secretaria da Criança, recursos financeiros;
- Poder Público Federal - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), recursos financeiros para custeio e patrimônio.

7.1.7 Considerações finais

Resultados Positivos atingidos até o momento pela Instituição de Ensino: formação de profissionais para o atendimento de equoterapia; melhoria na piscina para atendimento hidroterápico; reforma na calçada externa; início da substituição da rede elétrica de todo prédio; apoio recebido por parte do Conselho da Comunidade com doações de bens duráveis; apoio do Rotary Club de Cruzeiro do Oeste.

Problemas enfrentados pela Instituição de Ensino: salas de aula pequenas devido ao aumento de número de alunos; quadra de esporte descoberta; falta corredor coberto para acesso às salas externas; parque infantil em más condições de uso; refeitório com número de mesas e cadeiras inferior ao necessário; pintura interna e externa degradada; forro de madeira envelhecido; ineficiência na distribuição de recursos por parte do Poder Público Estadual; morosidade na obtenção de recursos financeiros para projetos; sala de aula externa por terminar; defasagem do valor repassado pelo SUS.

Ações prioritárias e necessárias da instituição de ensino para os próximos anos: término das obras da nova instalação elétrica; reformas na piscina; término da construção de sala externa; construir corredor coberto para acesso externo; implementação do serviço de equoterapia; buscar novas alternativas de obtenção de recursos para sanar os problemas identificados sem comprometimento dos valores recebidos pelos convênios.

7.2 Atendimento no Ensino Regular

O atendimento da educação especial, que organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas, acontece tanto na rede municipal como na rede estadual.

Tabela 7.7. Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Classe Especial		Sala de Recursos Multifuncionais		Sala Multifuncional DV (Deficiência Visual)	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Amaral Fontoura	08	01	10	01	-	-
Escola Municipal Emiliano Pernetá	-	-	05	01	-	-
Escola Municipal Nísia Floresta	-	-	05	01	08	01
Escola Municipal Tasso da Silveira	05	01	06	01	-	-
Colégio Estadual Almirante Tamandaré	-	-	14	02	-	-
Colégio Estadual Cruzeiro do Oeste	-	-	25	02	-	-
Total	13	02	65	08	08	01

Fonte: Instituições Educacionais, janeiro de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas.

Além de um atendimento educacional especializado (AEE), é necessário garantir uma política de educação inclusiva, assegurando o acesso de todos os alunos à escola regular, perpassando todas as etapas e modalidades de ensino.

As tabelas a seguir mostram a evolução da inclusão nas instituições educacionais do Município.

Tabela 7.8. Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Creche	-	01	01	01
Pré-escola	-	-	-	01
Ensino Fundamental (anos iniciais)	11	11	15	32
Ensino Fundamental (anos finais)	-	-	-	14
Ensino Médio Regular	-	-	01	02
Ensino Médio Profissionalizante	01	01	01	02
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-
Total	12	13	18	52

Fonte: Instituições Educacionais, janeiro de 2015.

Tabela 7.9. Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação de Jovens e Adultos
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Anos iniciais	Anos finais	Regular	Profissionalizante	
Deficiência Mental/Intelectual	-	-	23	14	-	-	-
Deficiência Visual	01	01	05	-	-	-	-
Deficiência Auditiva	-	-	-	-	-	02	-
Deficiência Física	-	-	-	-	01	-	-
Deficiência Múltipla	-	-	-	-	-	-	-
Deficiência Sensorial	-	-	-	-	01	-	-
Hiperatividade	-	-	04	-	-	-	-
Total	01	01	32	14	02	02	-

Fonte: Instituições Educacionais, janeiro de 2015.

Quanto ao nível de formação dos docentes que atuam na educação especial em classes especiais e salas de recursos multifuncionais localizadas na rede regular de ensino, 100% possui curso específico. No entanto, nas classes regulares verifica-se que nem todos possuem esta formação.

Tabela 7.10. Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015

Formação	Número de professores		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Formação Específica	03	03	-
Outra Formação	06	-	-
Total	09	03	-

Fonte: Instituições Educacionais, janeiro de 2015.

Na tabela a seguir, foram sintetizadas algumas informações das instituições de ensino que ofertam o AEE e que possuem alunos inclusos. Estas informações visam mostrar a gestão educacional destas instituições quanto à educação especial.

Tabela 7.11. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por rede de ensino, 2015

(continua)

Item	Quantidade de instituições por rede de ensino que atende o item listado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Particular
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	03	01	01
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	03	02	01
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal (responda somente se a instituição possuir estes alunos e oferecer o Ensino Fundamental).	02	-	-
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal (responda somente se a instituição possuir classes especiais e/ou salas de recursos multifuncionais).	01	-	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	-	-
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	02	02	-
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	05	03	01
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis ulteriores de ensino.	02	01	01
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	03	01	-

Tabela 7.11. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por rede de ensino, 2015

(encerra)

Item	Quantidade de instituições por rede de ensino que atende o item listado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Particular
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	04	-	01
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	04	02	-
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	04	01	01
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	03	-	-

Fonte: Instituições Educacionais, janeiro de 2015.

Na Escola Municipal Amaral Fontoura a acuidade visual é realizada somente para os alunos do ensino fundamental.

No Colégio Almirante Tamandaré, algumas medidas estão sendo tomadas para efetivar a acessibilidade, uma vez que o mesmo está em processo de reforma de toda a sua infraestrutura.

Os problemas elencados pelas instituições dizem respeito a:

- falta de espaço para o atendimento das salas de recursos nos períodos matutino e vespertino;
- atendimentos fonoaudiológicos, psicoterapia e neurológicos demorados e insuficientes, pois a demanda é grande;
- falta de participação dos pais;
- espaço físico insuficiente.

8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

O Plano de Carreira do magistério público municipal, instituído por meio da Lei nº 132, de 15 de dezembro de 2005, foi reformulado e instituído em 09 de Setembro de 2015.

A elaboração do novo Plano de Carreira começou em 2014, a partir de discussões com a participação de representantes do magistério, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Entre as mudanças propostas está a liberação do profissional pelo prazo máximo de dois anos, para participar de curso de mestrado ou doutorado, na área de educação, a inclusão dos Educadores Infantis e Professor de educação Infantil no Plano de Carreira do Magisterio

Integram atualmente a carreira do magistério, 194 profissionais do magistério. Destes, 148 em funções docentes e 46 em funções de suporte pedagógico (direção, supervisão, coordenação e assessoria pedagógica).

Dos 189 docentes, 47 atuam na educação infantil, 77 no ensino fundamental e 24 na educação infantil e no ensino fundamental.

Tabela 8.1. Profissionais do Magistério (docentes e suporte pedagógico) da rede municipal de ensino, 2015

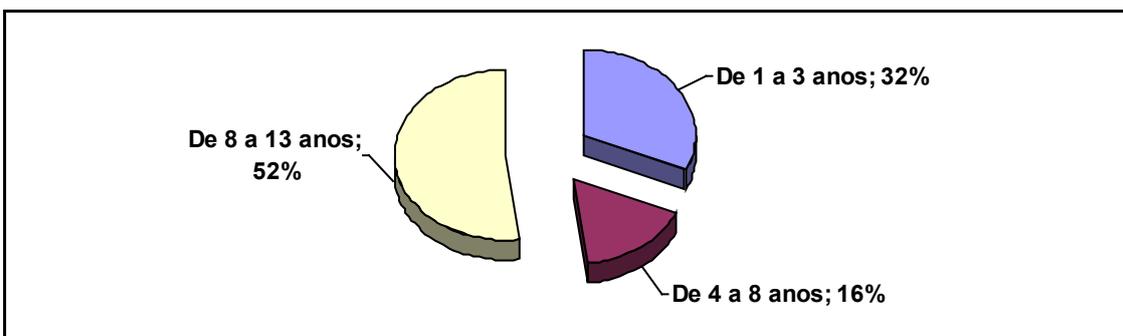
Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)				Total
	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	-	-	08	-	08
Supervisão / Assessoria Pedagógica	-	-	19	-	19
Coordenação	-	-	19	-	19
Docência (concurso)	13	32	103	-	148
Total	13	32	149	-	194

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Quanto ao tempo de serviço destes profissionais, verifica-se, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação, que a faixa que possui o maior contingente de profissionais é a que se encontra entre 8 a 13 anos, sendo esta também a última faixa, não existindo na rede, profissionais com maior tempo de serviço (Gráfico 8.1).

Gráfico 8.1. Tempo de Serviço dos docentes no magistério público municipal, 2015



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Os demais servidores que atuam na rede municipal de ensino, como apoio à educação, são regidos pelo Estatuto dos Servidores, instituído por meio da Lei Complementar nº 006, de 16 de dezembro de 2005.

Tabela 8.2. Profissionais de Apoio à Educação da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Secretário Escolar	-	-	02	02	05	01	-	10
Auxiliar de Secretaria	-	-	01	01	04	01	-	07
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	02	-	-	02
Auxiliar de Biblioteca	-	01	01	02	02	-	-	06
Merendeira	01	03	10	02	-	-	-	16
Auxiliar de Serviços Gerais	05	13	41	14	08	01	-	82
Servente	-	-	04	02	01	-	-	07
Guarda Noturno	-	-	04	-	-	-	-	04
Porteiro	-	-	02	-	-	-	-	02
Total	06	17	65	23	22	03		136

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

9.1 Financiamento

Os gastos com educação oscilam entre o primeiro e o segundo lugar das maiores despesas entre as funções como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 9.1. Despesas Municipais por função, 2012 – 2013

Tipo de Função	Valor (R\$ 1,00)	
	2012	2013
Judiciária	69.589,73	-
Essencial à Justiça	79.161,99	-
Administração	5.369.446,30	5.070.584,79
Segurança Pública	176.098,81	244.011,35
Assistência Social	1.222.125,86	1.505.009,10
Saúde	9.132.450,08	11.035.382,85
Trabalho	24.173,04	7.361,40
Educação	9.354.835,80	10.065.021,27
Cultura	290.981,12	317.337,67
Urbanismo	4.229.303,93	5.138.142,78
Habitação	29.000,53	-
Saneamento	2.577.820,99	-
Gestão Ambiental	-	1.486.859,98
Agricultura	790.652,15	249.149,08
Indústria	66.033,45	61.794,11
Comércio e Serviços	128.893,90	136.291,61
Energia	897.626,14	1.069.382,27
Transporte	1.238.345,08	936.984,52
Desporto e Lazer	168.784,61	165.212,44
Encargos Especiais	1.844.997,51	1.453.329,78
Intraorçamentária	-	1.499.206,17
Total Geral	37.690.321,02	40.441.061,17

Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos. Dezembro de 2014.

Estes gastos se devem à implantação do Piso Salarial Profissional do Magistério para os profissionais da educação infantil, bem como da manutenção das instituições de ensino que implantaram a educação em tempo integral.

Tabela 9.2. Recursos Aplicados em Educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Especial	EJA	Outros	Total
2013	1.129.664,82	9.360.776,34	20.245,07	35.654,72	199.315,15	10.745.656,10
2014	3.801.608,19	7.985.698,11	29.562,50	29.767,50	505.381,05	12.352.017,35
2015 (*)	4.816.080,99	8.114.767,07	30.318,75	32.744,25	428.887,25	13.422.798,31

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, fevereiro de 2015.

(*) Previsão.

Tabela 9.3. Despesas com Educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total Geral
	Pessoal	Outras	Obras e Instalações	Equipamentos e material permanente	
2013	6.032.598,09	3.859.812,90	198.096,11	655.149,00	10.745.656,10
2014	7.995.454,56	3.954.881,02	79.249,24	322.432,53	12.352.017,35
2015 (*)	8.360.564,25	4.904.488,56	24.255,00	133.490,50	13.422.798,31

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, fevereiro de 2015. (*) Previsão.

Tabela 9.4. Indicadores de Educação, 2013 – 2015

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de Matrículas providas pelo Município	1.951	1.896	1.943
Total de Usuários do Transporte Escolar Municipal	1.353	1.612	1.357
Total de Atendidos com a Merenda Escolar Municipal	1.951	1.896	1.943
Gastos com Educação – Recursos Próprios	449.889,65	478.883,78	500.000,00
Gastos com Educação – Recursos FUNDEB (Fundo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)	5.585.059,99	6.385.816,35	7.615.415,34
Gastos com Educação – Recursos de Outras Fontes	5.160.596,11	5.966.201,00	5.807.382,97
Total de Gastos com Educação	10.745.656,10	12.352.017,35	13.422.798,31
Total de Gastos com Pagamento de Docentes do FUNDEB	5.362.333,88	5.574.162,54	6.387.389,09

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, fevereiro de 2015.

Tabela 9.5. Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015

Indicadores Legais	2013	2014	2015 (previsão)
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	27,53%	28,24%	29%
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	94,11%	92,38%	100%
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério	3,48%	7,62%	0%
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício	2,41%	0%	0%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, fevereiro de 2015.

Os recursos do FUNDEB são, basicamente, para pagamento da folha dos profissionais do magistério, não havendo sobra para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Como se pode verificar nos dados apresentados na Tabela 9.6 e no Gráfico 9.1, o Município tem recebido recursos a mais do que contribui para o fundo do Estado.

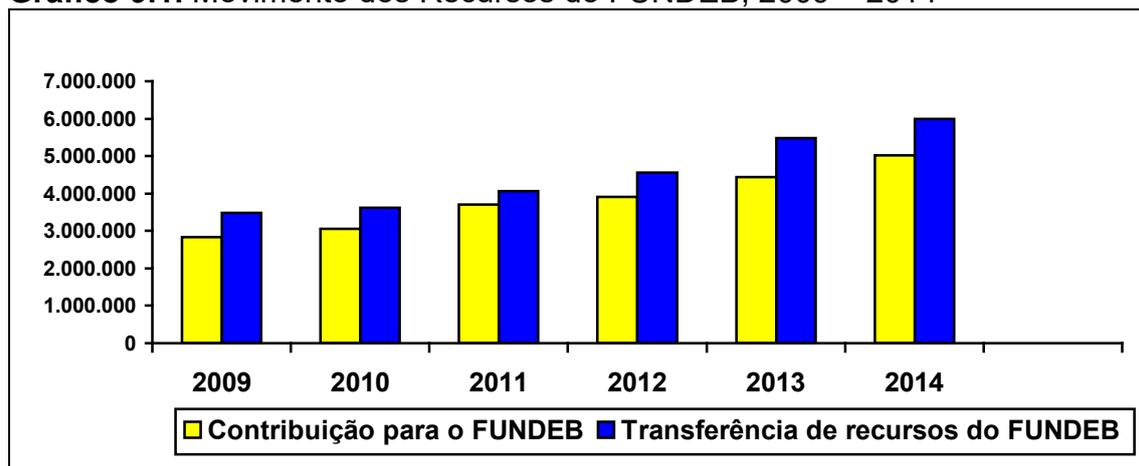
Tabela 9.6. Movimento dos Recursos do FUNDEB, 2009 – 2015

Ano	Matrículas (censo anterior)	Valor (R\$ 1.000)		Diferença	
		Contribuição	Retorno	Em Valor (R\$ 1.000)	Em %
2009	2.254	2.828.367	3.482.874	654.507	23,1
2010	2.146	3.059.256	3.614.575	555.319	18,2
2011	2.067	3.701.971	4.065.227	363.256	9,8
2012	1.933	3.903.291	4.556.784	653.493	16,7
2013	1.933	4.436.098	5.480.635	1.044.537	23,5
2014	1.889	5.023.886	5.994.492	970.606	19,3
2015 (*)	1.873	894.972	941.771	46.799	5,2

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Acesso no *site* <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>, em fevereiro de 2015. Elaborado pela Consultoria.

(*) Valores parciais – Janeiro e Fevereiro de 2015.

Gráfico 9.1. Movimento dos Recursos do FUNDEB, 2009 – 2014



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Acesso no *site* <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>, em fevereiro de 2015. Elaborado pela Consultoria.

9.2 Gestão da Educação Pública Municipal

9.2.1 Órgão Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, localiza-se em espaço próprio desde 2003, situada no centro da cidade, no piso superior do prédio do Banco do Brasil. O prédio possui espaço físico inadequado à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, apresentando dificuldades de acesso ao depósito de materiais e merenda escolar.

A Secretaria possui uma sala de reuniões com capacidade para 70 pessoas equipada com quadro-de-giz, multimídia e tela para projeção, aberta a outras secretarias através de agendamento.

Também faz parte de sua estrutura o Núcleo Tecnológico Municipal (NTM) que possui dez CPUs totalizando 23 pontos de atendimento com potencial para atender até 25 professores para capacitação em Tecnologia de Informática e Comunicação (TIC), devidamente instalado com impressora e internet.

A Biblioteca Técnica da Secretaria é composta por coleções para pesquisa pedagógica e por obras literárias. Considera-se que o acervo bibliográfico básico necessita de ampliação e aprimoramento.

Todos os setores são providos de computadores com internet e impressoras, além disso, a Secretaria possui cinco multimídias, quatro telas para projeção, uma caixa amplificadora de som, um microfone sem fio, uma câmera fotográfica, uma televisão 29" e um aparelho de DVD.

A Secretaria possui ao todo 19 funcionários e encontra-se dividida nos seguintes departamentos:

- Departamento Educacional: responsável pelo acompanhamento da aprendizagem nas escolas municipais e centros de educação infantil, visando a garantia e melhoria da qualidade de ensino na educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais, educação especial e educação de jovens e adultos;
- Departamento Administrativo: responsável pelo acompanhamento e organização de pessoal, telefonia, compras e serviços gerais;
- Departamento de Infraestrutura: realiza acompanhamento e atualização da legislação das escolas de ensino fundamental e Centros de Educação Infantil e acompanhamento dos programas das esferas federal e estadual;
- Departamento Técnico: atendimento e orientação nas áreas de psicologia educacional, psicologia clínica, nutrição e fonoaudiologia;
- Departamento de Informática: atende os Telecentros, os laboratórios de informática das escolas municipais e o NTM;
- Departamento do Transporte Escolar: responsável pela organização das linhas do transporte escolar e motoristas.

O Departamento de Ensino Superior, Departamento de Cultura e Departamento de Esporte e Lazer também pertencem à estrutura da Secretaria Municipal de Educação com diretorias específicas.

9.2.2 Orçamento do Órgão Municipal de Educação

Dos mais de 13 milhões de reais orçados para a educação municipal em 2015, 71,14% será para pagamento de pessoal. Os 28,86% restantes, serão divididos para despesas com manutenção, obras, equipamentos e alimentação.

Tabela 9.7. Comparativo entre o orçamento do órgão municipal de educação e o percentual de despesas, 2013 – 2015

Orçamento / Despesas	Valor/ Percentual		
	2013	2014	2015 (estimativa)
Orçamento (em valor)	10.745.656,10	12.352.017,35	13.422.798,31
Despesas com pessoal (em %)	62,47%	70,28%	71,14%
Despesas com alimentação (em %)	5,26%	5,01%	5,07%
Despesas com manutenção (em %)	24,37%	21,48%	20,79%
Despesas com obras (em %)	1,64%	0,64%	0,37%
Despesas com equipamentos (%)	6,23%	2,59%	2,62%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, fevereiro de 2015.

9.2.3 Organização da rede municipal de ensino

A rede municipal de ensino é composta de:

- quatro Centros de Educação Infantil que atendem em tempo integral:
 - Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube;
 - Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos;
 - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar;
 - Centro Municipal de Educação Infantil Casinha Feliz.
- seis Escolas Municipais, sendo quatro em Tempo Integral e duas de Ensino Regular (parcial):
 - Escola Municipal Emiliano Pernetá, tempo integral;
 - Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter, tempo integral;
 - Escola Municipal Rocha Pombo, tempo integral;
 - Escola Municipal Tasso da Silveira, tempo integral;
 - Escola Municipal Amaral Fontoura, tempo parcial;
 - Escola Municipal Nísia Floresta, tempo parcial.

Ao todo são atendidos 1.873 alunos, distribuídos em:

- 374 de creche em tempo integral;
- 239 de pré-escola em tempo integral;
- 171 de pré-escola em tempo parcial;
- 549 de ensino fundamental – anos iniciais em tempo integral;
- 540 de ensino fundamental – anos iniciais em tempo parcial.

Em 2006, a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, implantou a primeira escola em regime de tempo integral no bairro Jardim Brasil, na Escola Municipal Rocha Pombo. O projeto piloto atendia no contraturno atividades diversificadas de artesanato, música, informática educativa e atividades recreativas, bem como, alimentação diária acompanhada por nutricionista. Para este atendimento foram realizadas adequações e ampliações de espaço físico.

Os êxitos obtidos no resgate da qualidade de vida e no aprimoramento do ensino/aprendizagem dos alunos foram fatos importantes para que se ampliasse a oferta para a Escola Municipal Emiliano Pernetá, em 2007, para a Escola Municipal Tasso da Silveira, em 2009, e em 2011, implantou-se o contraturno na Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter, localizada no Distrito de São Silvestre.

Atualmente (2015), o município de Cruzeiro do Oeste atende 62% dos alunos da rede municipal - educação infantil e ensino fundamental anos iniciais - em regime de tempo integral, distribuídos em três, das seis escolas municipais (50%) e nos quatro CMEIs, perfazendo um atendimento de 100%.

Todas as escolas da rede municipal que atendem em tempo integral ofertam atividades complementares no contraturno de: Música/Coral, Música/Instrumental, Violão/Flauta, Dança, Literatura Dramática, Xadrez, Informática Educacional, Atividades Recreativas, Arte, Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa e Jogos Matemáticos.

A carga horária anual é de 1.600 horas, perfazendo oito horas diárias. Aos alunos é oferecida alimentação diária de café da manhã, almoço e café da tarde com acompanhamento de nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e cardápio específico.

Tabela 9.8. Escolas da rede municipal que funcionam em regime de Tempo Integral, 2015

Escolas	Ano de Implantação	Jornada Escolar Diária
Escola Municipal Rocha Pombo	2006	9 horas
Escola Municipal Emiliano Perneta	2007	9 horas
Escola Municipal Tasso da Silveira	2009	9 horas
Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter	2011	9 horas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, fevereiro de 2015.

9.2.4 Gestão da rede municipal de ensino

O processo de escolha para a função de direção das instituições educacionais da rede municipal ocorre a cada dois anos, por meio de Lista Tríplice conforme normas e diretrizes estabelecidas na Lei Municipal nº 028, de 13 de abril de 2008, que regulamenta o art. 322 da Lei Complementar nº 006, de 16 de dezembro de 2005.

O único recurso com repasse direto que as instituições educacionais municipais recebem é do PDDE. As demais necessidades são encaminhadas para a Secretaria Municipal de Educação que viabiliza junto ao executivo orçamento/execução de reformas, aquisição de materiais e manutenção.

Todos os CMEIs e escolas municipais possuem Conselhos Escolares devidamente constituídos. Sua atuação ainda se restringe a situações extremas com alunos, professores e funcionários ou nas questões de ordem organizacional quando acionados pelo gestor. Não há participação ativa nos estudos da realidade local, do planejamento das ações de enfrentamento aos problemas e sua interação aos resultados do ensino/aprendizagem ainda é tímida.

As capacitações dos membros não são frequentes. Somente em 2012 foi ofertada uma capacitação aos membros dos Conselhos Escolares, sendo

insuficiente para despertar uma atuação mais eficaz de enfrentamento aos problemas de cada instituição.

Quanto à oferta de merenda escolar, a rede municipal conta com uma Nutricionista que atende todas as Escolas e CMEIs. A mesma realiza a confecção e acompanhamento dos cardápios semanais, contendo gêneros alimentícios básicos, que visam respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. Quanto à oferta de legumes, os mesmos são fornecidos na alimentação dos escolares todos os dias, e as frutas duas ou mais vezes na semana, conforme produção sazonal e oferta dos produtores locais, sendo, portanto mais do que prevê a Resolução nº 26 de junho de 2013, onde a mesma preconiza que os cardápios deverão oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana nas refeições ofertadas.

Em 2011 e 2014, foram realizadas capacitações para as merendeiras e auxiliares das escolas e CMEIs. Em 2011, participaram 20 servidoras e em 2014, 27 servidoras.

Em 2011, a capacitação teve como enfoque principal além da higiene do manipulador e a qualidade no preparo de alimentos, o aproveitamento integral dos alimentos para enriquecer ainda mais a merenda escolar. O curso teve a duração de cinco dias, totalizando 40 horas e foi ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com entrega de certificado, e oferecido integralmente pela Administração Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O curso contou com 20 horas teóricas e 20 horas práticas.

Em 2014, a capacitação teve como enfoque principal a implantação de Planilhas de Controle de Qualidade, juntamente com a aquisição de termômetro digital para cada estabelecimento e para enriquecer ainda mais a merenda escolar houve a inclusão do peixe (filé de tilápia) no cardápio das escolas. O curso teve a duração de cinco dias, totalizando 42 horas e foi ministrado pelo SENAI (com entrega de certificado) e oferecido integralmente pela Administração Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

9.2.5 Órgãos colegiados

Os órgãos colegiados de apoio à área educacional instituídos no Município são:

- Conselho Municipal de Educação: órgão colegiado, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão da educação municipal, com funções normativas, consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, vinculado à Secretaria Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB: entre as atribuições do Conselho está acompanhar e exercer controle social sobre os recursos oriundos do Fundo, supervisionar o censo escolar anual, participar da elaboração da proposta orçamentária, examinar os registros contábeis, elaborar e aprovar seu Regimento Interno e desempenhar outras

- funções que venham a ser estabelecidas eventualmente, por legislação específica;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, órgão colegiado deliberativo de acompanhamento e assessoramento das Entidades Executoras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE;
 - Comitê do Transporte Escolar, criado por meio de lei municipal, tem a finalidade de acompanhar as condições de oferta do transporte escolar público municipal, analisar os relatórios bimestrais de controle do transporte diário dos alunos e verificar a correta aplicação dos recursos.

Tabela 9.9. Órgãos Colegiados, 2015

Denominação	Número da Lei de criação	Data de criação	Representantes/Segmentos
Conselho Municipal de Educação	058/2011	11/09/12	Professores; Servidores Técnico-Administrativos; Conselho Tutelar; Conselhos Escolares das Escolas Municipais e CMEIs; Pais e Alunos (EJA).
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	023/2011	27/04/11	Conselho Tutelar; Diretores Escolares; Estudantes da Educação Básica Pública; Estudantes da Educação Básica Pública – indicados pela Entidade de Estudantes Secundaristas; Pais de Alunos da Educação Básica Pública; Poder Executivo Municipal; Secretaria Municipal de Educação; Professores da Educação Básica Pública; Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas.
Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE	256/2013	18/06/13	Poder Executivo; Professores; Pais de Alunos; Sociedade Civil.
Comitê do Transporte Escolar	013/2014	14/03/14	Secretaria Municipal de Educação; Diretores da Rede Estadual de Ensino; Diretores da Rede Municipal de Ensino; Pais de Alunos.

Fonte: Setor de Estrutura e Funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, 2015.

9.2.6 Projetos em andamento

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD): convênio celebrado a partir do ano de 2013, sendo renovado a cada ano, entre o Estado do Paraná, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, por

intermédio da Polícia Militar do Paraná e o município de Cruzeiro do Oeste, para cooperação técnica e pedagógica, visando à continuidade e viabilização do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, para os quintos anos das escolas da rede de ensino fundamental do Município, sob a coordenação conjunta entre Secretaria Municipal de Educação, coordenação estadual do PROERD, Comando de Companhia e Pelotão/Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária local.

Sistema Aprende Brasil / Positivo: aquisição de material didático que compõe o Sistema de Ensino Aprende Brasil a partir do ano de 2013, na educação infantil e ampliação gradativa no ensino fundamental – anos iniciais até 2016. O Sistema é composto por Livros Didáticos Integrados, Portal Aprende Brasil, acompanhamento e assessoramento pedagógico e Sistema de Gestão das Informações Educacionais. Esta ação visa promover a melhoria da qualidade do ensino municipal e o acesso e igualdade de oportunidades para a educação básica da rede municipal.

9.2.7 Programas suplementares

Dinheiro Direto na Escola: criado em 1995, o Programa consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. A gestão e prestação de contas dos recursos são realizadas pela direção e Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) de cada instituição. Em 2014, foram beneficiados na rede municipal de ensino de Cruzeiro do Oeste, 1.419 alunos das seis escolas de ensino fundamental da rede municipal e 407 alunos, dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil.

Programa Mais Educação: instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, e regulamentado pelo Decreto 7.083, de 27 de janeiro de 2010, com a finalidade de contribuir para a melhoria da aprendizagem, por meio da ampliação do tempo diário de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública. Trata-se da estratégia indutora para se constituir a jornada escolar com a duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno da educação básica permanece na escola ou em atividades escolares. É operacionalizado por meio do PDDE e atende, prioritariamente, escolas com percentual igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família, conforme ações de acesso aos serviços públicos do Programa Brasil Sem Miséria. Em 28 de agosto de 2014, a Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter foi contemplada pelo programa, beneficiando 40 crianças com a oferta de atividades complementares de Música, Dança, Informática Educacional e Acompanhamento Pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática.

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): visa prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio de acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. É executado em ciclos trienais alternados. A cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino e repõe e complementa os livros reutilizáveis para outras etapas. Cada escola escolhe democraticamente, dentre os livros constantes no Guia do Livro Didático, levando em conta seu planejamento pedagógico. A última escolha do livro didático em Cruzeiro do Oeste ocorreu em 2012, sendo contemplados 1.324 alunos das escolas de ensino fundamental - anos iniciais - da rede municipal de ensino assim distribuídos:

- Escola Municipal Amaral Fontoura: 267 alunos;
- Escola Municipal Emiliano Pernetá: 196 alunos;
- Escola Municipal Nísia Floresta: 303 alunos;
- Escola Municipal Rocha Pombo: 148 alunos;
- Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter: 65 alunos;
- Escola Municipal Tasso da Silveira: 345 alunos.

Programa Saúde na Escola (PSE): visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população. Tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Oeste:

- Número de equipes de atenção básica selecionadas: 05;
- Cobertura das equipes de atenção básica no PSE: 5.000;
- Alunos beneficiados pelo programa no total: 1.787;
- Ações desenvolvidas: avaliação antropométrica; avaliação saúde bucal; avaliação saúde ocular; certificação da situação vacinal; promoção da segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção da cultura de paz e direitos humanos; saúde e prevenção nas escolas;
- Estabelecimentos contemplados para receber os Sachês NutriSUS (sachê contendo uma mistura de vitaminas e minerais em pó): Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos - 98 crianças / 5.880 Sachês; Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube - 100 crianças / 6.000 Sachês; Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar - 146 crianças / 8.760 Sachês;
- Alunos contemplados pelo programa por instituição:
 - Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos: 98 crianças;
 - Centro Municipal de Educação Infantil Lions Clube: 100 crianças;
 - Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar: 178 crianças;
 - Escola Municipal Amaral Fontoura: 317 alunos;
 - Escola Municipal Emiliano Pernetá: 157 alunos;
 - Escola Municipal Nísia Floresta: 364 alunos;
 - Escola Municipal Rocha Pombo: 129 alunos;
 - Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter: 63 alunos;
 - Escola Municipal Tasso da Silveira: 333 alunos;
 - Escola Estadual São Silvestre: 48 alunos.

Programa Bolsa Família: programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa

Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a 70 reais mensais. Em Cruzeiro do Oeste, são 527 alunos beneficiados pelo programa, distribuídos em 13 escolas no âmbito estadual, municipal e particular. São realizadas ações de acompanhamento da frequência escolar pelos estabelecimentos de ensino e encaminhamento dos casos que não atingem a porcentagem de frequência definida pelo programa para lançamento no sistema por um profissional responsável na Secretaria Municipal de Educação. Nos casos de bloqueio do benefício, são encaminhados para a Assistência Social onde são realizadas visitas sociais para diagnóstico dos motivos e orientação de conduta para solução. As informações são lançadas no sistema para análise e posterior definição da situação do cadastro em questão.

Programa Brasil Carinhoso: consiste na transferência automática de recursos financeiros em parcela única para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de unidade integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Voltado para a primeira infância, uma de suas vertentes é para expandir a quantidade de matrículas de crianças entre 0 a 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. O montante do recurso é calculado com base em 50% do valor mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, em período integral e parcial, definido para o FUNDEB. Inserido no programa desde 2012, o município de Cruzeiro do Oeste recebeu em 2014, R\$ 112.907,12 referente a 76 matrículas novas beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE): contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Em 2015, estão sendo atendidos no Município, 1.964 alunos, distribuídos da seguinte forma:

- Creche parcial: 5;
- Creche integral: 350;
- Pré-Escolar parcial: 156
- Pré-Escolar integral: 231
- Fundamental – parcial: 576;
- Fundamental – integral: 550;
- Fundamental EJA Presencial/parcial: 65;
- Atendimento Educação Especial: 31.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE): objetiva garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes na área rural que utilizam transporte escolar, por meio de assistência financeira, aos estados, Distrito Federal e municípios em nove parcelas (março a novembro), tendo como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informados no censo escolar. Estão sendo atendidos em Cruzeiro do Oeste, 367 alunos, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2014.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): acordo implementado em 2012, entre governo federal, estados, municípios e instituições, tendo como principal desafio garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas plenamente. O Pacto é uma ação de Formação Continuada realizada por parceria entre o MEC, uma rede de universidades públicas federais, as redes estaduais e municipais e os professores alfabetizadores. A qualificação dos docentes alfabetizadores tem duração de 120 horas por ano, com metodologia que propõe estudos e atividades práticas. Os encontros são conduzidos por orientadores de estudos, que são professores da rede pública a que os alfabetizadores estão vinculados. O município de Cruzeiro do Oeste aderiu ao programa no final de 2012, contemplando professores da rede municipal que atuam de 1º ao 3º ano - ciclo de alfabetização, por meio da assessoria da UEM, coordenação de um profissional da Secretaria Municipal de Educação e orientação de uma professora alfabetizadora da rede municipal de ensino. Em 2013, foram beneficiados com formação em Letramento, 35 professores alfabetizadores da rede municipal de ensino. Em 2014, com formação em Matemática, 23 professores alfabetizadores da rede municipal de ensino. Em 2015, está prevista formação para as demais áreas do conhecimento de forma integrada contemplando os professores inseridos no ciclo de alfabetização.

Programa Benefício da Prestação Continuada (BPC) na Escola - Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social: criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC, com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e do desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e de direitos humanos, com vistas à superação dessas barreiras. No Município são beneficiados pelo programa 38 alunos.

Agrinho: é o maior programa de responsabilidade social do Sistema da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), resultado da parceria entre o SENAR, FAEP, o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaenses e diversas empresas e instituições públicas e privadas. Todos os anos, o município de Cruzeiro do Oeste participa deste programa. Foram beneficiados em 2014, todos os alunos das escolas municipais de ensino fundamental e da rede privada.

9.2.8 Tecnologias educacionais

Todos os laboratórios de informática das escolas municipais possuem acesso à internet. Os alunos da educação infantil (pré II e III) e ensino fundamental das escolas municipais têm uma hora/aula de informática por semana com

conteúdos relacionados às áreas do conhecimento de acordo com o planejamento, orientação e acompanhamento da equipe pedagógica da escola, estando devidamente contempladas no Projeto Político Pedagógico.

As aulas são ministradas na hora atividade dos professores e como atividade complementar no contraturno. Os laboratórios das escolas são restritos aos alunos e professores da instituição. Os profissionais são técnicos em informática com ensino médio completo, preferencialmente o Magistério, contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS) ou por Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA).

Tabela 9.10. Laboratórios de Informática, 2015

Instituição de Ensino	Número de computadores	Número de alunos atendidos	Nível ou modalidade de ensino dos alunos atendidos
Escola Municipal Amaral Fontoura	9 CPUs e 18 pontos de atendimento (monitores)	333	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Emiliano Pernetá	9 CPUs e 18 pontos de atendimento (monitores)	170	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Nísia Floresta	9 CPUs e 18 pontos de atendimento (monitores)	415	Educação Infantil e Ensino Fundamental
Escola Municipal Rocha Pombo	9 CPUs e 18 pontos de atendimento (monitores)	97	Ensino Fundamental
Escola Municipal Rosimeri Ortiz Consalter	9 CPUs e 18 pontos de atendimento (monitores)	65	Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais
Escola Municipal Tasso da Silveira	9 CPUs e 18 pontos de atendimento (monitores)	314	Educação Infantil e Ensino Fundamental

Fonte: Escolas Municipais da Rede Municipal, fevereiro de 2015.

A inclusão digital também se realiza por meio dos Telecentros que estão presentes no Município desde 2007, com dez pontos distribuídos na cidade e em seus distritos e bairros. Cada Telecentro é equipado com dez computadores conectados à internet (parceria com o governo federal) que ficam à disposição dos usuários para utilização pessoal e também para cursos de informática. O público atingido é variável, pois os Telecentros ficam disponíveis para a comunidade em geral. Os cursos são ministrados com aberturas de turmas prevendo a necessidade de cada bairro e/ou distrito.

Na Biblioteca Cidadã também encontra-se ativo um Telecentro com dez computadores ligados à internet.

Existe também o NTM com dez CPUs, 23 pontos de acesso e com internet. Esse Telecentro fica à disposição dos professores e da Secretaria de Educação que promove cursos e capacitações atendendo a demanda dos professores.

Na Secretaria, uma coordenadora, com formação em Processamento de Dados e Pedagogia, fica a disposição para orientar e acompanhar o trabalho na área de informática.

As principais ações realizadas nos últimos três anos relativo ao Setor de Informática são:

- Em 2012: capacitação em tecnologia e informática para os estagiários dos Telecentros do Município para que os mesmos pudessem ser multiplicadores dos cursos de informática; capacitação para estagiários dos Telecentros através de Web conferência assistida; capacitação para merendeiras através de Web conferência assistida; Projeto de Inclusão Digital “Melhor Idade” – cursos de informática básica em linux para a comunidade acima de 40 anos de idade, a fim de incluí-los digitalmente. O mesmo teve início em 2012, se estendendo nos anos de 2013 e 2014; Projeto de Inclusão Digital “Melhor Idade” – cursos de informática básica em linux e digitação para jovens da comunidade estudantil, a fim de permitir melhorar seus trabalhos escolares. O mesmo teve início em 2012 se estendendo aos anos de 2013 e 2014.
- Em 2013: formação no NTM para a implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) Integrado sob a coordenação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME-PR); Curso de Inclusão Digital, Básico e Avançado oferecido pelo Sindicato Patronal/SENAR em parceria com o NTM para empreendedoras rurais; implantação do Telecentro Municipal do Distrito de São Silvestre; mudança de pontos de internet (telecentro) dos bairros Jardim Cruzeiro e Centro para melhor atender a comunidade; troca dos computadores do Telecentro da Biblioteca Cidadã para atendimento dos cursos do projeto de Inclusão Digital; recebimento e instalação de novos laboratórios PROINFOs em todas as escolas.
- Em 2014: implantação de um laboratório de hardware para recuperação de equipamentos de informática a serem reutilizados nas escolas; campanha de lixo eletrônico nos setores da educação, em parceria com o Departamento do Meio Ambiente; troca do Sistema Operacional dos computadores dos Telecentros para a versão educacional 5.0. visando a melhoria do atendimento à comunidade em geral; troca da rede elétrica do Bairro São José, permitindo recuperação de falhas no atendimento ao Telecentro do bairro; entrega ao Ministério das Comunicações da proposta de adesão ao Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) para a regulamentação das antenas do Município após vencimento de contrato; levantamento e entrega de equipamentos de informática a serem leiloados à Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal.

9.2.9 Considerações finais

Conquistas e/ou Avanços:

- crescimento no IDEB de 2007 a 2013, apresentando médias acima das metas projetadas pelo MEC;
- realização de Concurso Público Municipal específico para professores da Educação Infantil com carga horária de 40 horas semanais de trabalho;
- atualização do Plano de Carreira com a inclusão dos professores da Educação Infantil na mesma tabela dos professores do Ensino Fundamental com carga horária de 40 horas semanais de trabalho;
- reformulação do Sistema de Avaliação – implantado em 2013, o sistema de notas a partir do 2º ano dos anos iniciais;
- implantação do Sistema Aprende Brasil para a Educação Infantil contemplando os atendimentos do Maternal, Pré I, Pré II, Pré III em 2013, ampliando atendimento para o Ensino Fundamental nos primeiros anos em 2014, e segundos anos em 2015;
- disponibilização de Pedagogos para atuar nos Centros Municipais de Educação Infantil;
- implantação gradativa da Hora Atividade para professores que atuam nas Escolas e Centros de Educação Infantil;
- ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil: em 2012 houve reorganização de espaços e reformas de salas de aulas no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar ampliando atendimento para mais 20 crianças; no Centro Municipal de Educação Cantinho dos Anjos em 2013, reorganização de espaços e divisão de salas ampliando atendimento para duas salas de pré II, totalizando 32 crianças. Em 2014, foi ampliada mais uma sala de pré I com 24 crianças;
- implantação de Conselhos Escolares em todas as escolas municipais desde 2008;
- parceria entre Administração Municipal e Polícia Militar e Secretaria da Educação e Secretaria da Assistência Social no desenvolvimento de ações de prevenção aos pais e alunos sobre o uso de drogas através de palestras e do Programa PROERD aos alunos dos quintos anos das escolas da rede municipal, buscando oferecer à criança em formação conhecimento para dizer não à droga e à violência;
- acompanhamento nutricional por profissional habilitado em nutrição nas escolas municipais e CMEIs com cardápio específico para atender cada faixa etária;
- adesão aos Programas do Governo Federal PNAIC, Mais Educação, PSE, Brasil Carinhoso;
- capacitação aos professores da rede municipal através do PROINFO Integrado, sob a coordenação da UNDIME-PR, ministrado pela coordenadora do Setor de Informática da Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de julho de 2013 a 01 de dezembro de 2013;
- oportunidade de acesso à informatização, oferta de cursos de Informática à comunidade em geral e promoção da Inclusão Digital “Melhor Idade” através dos Telecentros Comunitários;
- Nutricionista que atende todas as Escolas e Centros da Rede Municipal de Ensino, no âmbito da merenda escolar;
- capacitação para as merendeiras e auxiliares das escolas e CMEIs.

Principais Problemas:

- falta de espaço físico para as escolas de tempo integral Emiliano Pernet e Rocha Pombo para atender os alunos nas atividades de contraturno;
- falta de espaço físico em todos os Centros de Educação Infantil para atender a demanda reprimida;
- falta de recurso para realizar em todas as escolas municipais e CMEIs reforma geral: pintura, reforma hidráulica, elétrica e estrutura do prédio (telhado, muro, calçadas, pátio e banheiros), manutenção de parques infantis, e manutenção de equipamentos de cozinha;
- falta de acessibilidade na Secretaria Municipal de Educação que atende em piso superior, possuindo apenas escadas, o que dificulta a acessibilidade da comunidade em geral;
- falta climatizar as salas de aulas em razão das temperaturas elevadas em diversos períodos do ano;
- dificuldade em suprir a demanda necessária no atendimento ao educando, conforme determinação legal na hora atividade e no atendimento da educação infantil.

Ações prioritárias e necessárias:

- ampliação de salas de aulas nos CMEIs para suprir demanda reprimida (fila de espera) sendo: duas salas de aula no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar e duas salas de aula no Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho dos Anjos;
- conclusão da construção da Super Creche do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) para atender demanda reprimida da Educação Infantil;
- ampliação de duas salas de aulas na Escola Municipal Emiliano Pernet para atender os alunos em jornada ampliada;
- solicitação no Plano de Ações Articuladas (PAR) para a construção de uma escola nova para a Escola Municipal Rocha Pombo em atendimento de jornada ampliada;
- viabilização de novo espaço para transferência da Secretaria Municipal de Educação que atenda as normas de acessibilidade ou reforma;
- contratação de mais professores de educação infantil para atender a demanda.

IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são as metas propostas no Plano Nacional de Educação, porém, as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Cruzeiro do Oeste.

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS:

- 1.1)** Expandir, gradativamente, o atendimento da educação infantil da rede municipal de ensino, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades do Município. *
- 1.2)** Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.3)** Estabelecer, por meio da Secretaria Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição do quantitativo da demanda das famílias por creches.
- 1.4)** Assegurar a adesão aos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas e creches, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas municipais de educação infantil. *
- 1.5)** Assegurar, na rede municipal de ensino, a avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. *
- 1.6)** Promover continuamente a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior. ***
- 1.7)** Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e cursos de aperfeiçoamento oferecidos a todos os profissionais da educação. ***

- 1.8) Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade.
- 1.9) Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de seis anos de idade no ensino fundamental. ***
- 1.10) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. *
- 1.11) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.
- 1.12) Assegurar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral, para no mínimo, 70% das crianças de zero a três anos.
- 1.13) Assegurar o cumprimento das normas emanadas pelo Conselho Estadual de Educação quanto à relação professor-aluno nas instituições que ofertam a educação infantil. ***
- 1.14) Viabilizar melhorias na infraestrutura dos Centros Municipais de Educação Infantil.
- 1.15) Viabilizar, gradativamente, a instalação de ar condicionado e exaustores nas instituições de educação infantil da rede municipal.
- 1.16) Viabilizar profissionais que possam recepcionar a entrada e saída das crianças atendidas nos CMEIs.
- 1.17) Viabilizar, em parceria com a área da saúde, o atendimento de um médico pediatra para realizar visitas periódicas nos CMEIs e comparecer nas reuniões de pais como forma de prestar esclarecimentos sobre a saúde preventiva.

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS:

- 2.1)** Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. *
- 2.2)** Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *
- 2.3)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. */**/**
- 2.4)** Assegurar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental da rede municipal.
- 2.5)** Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.6)** Desenvolver estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo. ***
- 2.7)** Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. ***
- 2.8)** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem Polos de criação e difusão cultural. ***
- 2.9)** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. ***
- 2.10)** Estimular a oferta do ensino fundamental, para as populações do campo, nas próprias comunidades, desde que haja demanda. */**
- 2.11)** Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais.

- 2.12)** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.
- 2.13)** Captar recursos junto ao Governo Federal, por meio do PAR, para melhorar a infraestrutura física (ampliação/reforma) das escolas da rede municipal, priorizando as escolas de tempo integral. *
- 2.14)** Captar recursos junto ao Governo Federal (PAR) para a construção de uma nova escola no Bairro Jardim Brasil em substituição da Escola Municipal Rocha Pombo que oferta educação em tempo integral cuja estrutura física encontra-se em estado precário. *

META 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS:

- 3.1)** Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município. **
- 3.2)** Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de quinze a dezessete anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. **
- 3.3)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. */**
- 3.4)** Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de quinze a dezessete anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. **
- 3.5)** Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. **
- 3.6)** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. **
- 3.7)** Fomentar a participação dos jovens no ENEM, como critério de acesso à educação superior. */**

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

- 4.1)** Promover a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 4.2)** Manter as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada para todos os profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas. ***
- 4.3)** Garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação e ouvidos a família e o aluno. ***
- 4.4)** Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação. */***
- 4.5)** Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. ***
- 4.6)** Garantir a oferta da educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. ***

- 4.7) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. */***
- 4.8) Ampliar, quando necessário, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos, e professores bilíngues. ***
- 4.9) Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino. ***
- 4.10) Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino. ***
- 4.11) Buscar parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. ***
- 4.12) Ampliar, em parceria com a área da saúde, o atendimento de neurologistas e fonoaudiólogos aos alunos da rede municipal de ensino.

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

- 5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas

na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. ***

- 5.2) Assegurar, na rede municipal de ensino, instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental. *
- 5.3) Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***
- 5.4) Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. ***
- 5.5) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. ***

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS:

- 6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta gradativa de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. */***
- 6.2) Assegurar que as escolas públicas municipais tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. *
- 6.3) Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. */***
- 6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e museu.

- 6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica.

- 6.6) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

- 6.7) Criar mecanismos que visem incentivar os alunos e os pais a realizarem visitas em lugares próximos do Município e com valor histórico, de forma a despertar o conhecimento da região e a importância dos registros, fortalecendo os laços familiares e da pesquisa.

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Cruzeiro do Oeste	5.3	5.6	5.9	6.1
Anos Finais do Ensino Fundamental – Cruzeiro do Oeste	4.9	5.2	5.4	5.7

ESTRATÉGIAS:

- 7.1) Assegurar que a maioria dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. *
- 7.2) Assegurar as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas do Município com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. */***
- 7.3) Assegurar processo contínuo de autoavaliação das escolas da rede municipal de ensino, por meio da **construção** de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
- 7.4) Executar, em regime de colaboração com a União, o PAR (**Plano de Ações Articuladas**), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal e às estratégias voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao

desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. *

- 7.5) Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. *
- 7.6) Incentivar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem. ***
- 7.7) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento. */**
- 7.8) Assegurar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação na rede municipal de ensino. *
- 7.9) Apoiar a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. ***
- 7.10) Assegurar, aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. *
- 7.11) Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. */***
- 7.12) Assegurar, a todas as escolas públicas municipais de educação básica, o acesso a energia elétrica e abastecimento de água tratada, e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. *
- 7.13) Assegurar, na rede municipal de ensino, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. *
- 7.14) Aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para os **profissionais técnicos da Secretaria Municipal de Educação.**

- 7.15)** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de **violência sexual e doméstica**, favorecendo a adoção das providências adequadas, **assim como ações voltadas para prevenção e combate ao Bullying e Cyberbullying** para promover a construção **de uma** cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. ***
- 7.16)** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ***
- 7.17)** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. ***
- 7.18)** Consolidar a educação escolar do campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural. ***
- 7.19)** Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para alunos com **necessidades educacionais especiais**. ***
- 7.20)** Mobilizar, através das escolas, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. ***
- 7.21)** Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. *
- 7.22)** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 7.23)** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental

e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional. ***

- 7.24)** Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, para fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. */***
- 7.25)** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. ***
- 7.26)** Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.
- 7.27)** Estabelecer políticas de estímulo que melhorem o desempenho das escolas no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar. ***
- 7.28)** Incentivar o patriotismo com a retomada da entoação do Hino Nacional nas instituições de ensino. ***
- 7.29)** Viabilizar mecanismos que incentivem os alunos a participarem de discussões em seminários/encontros sobre meio ambiente, política, ética, economia e gestão pública, agregando ao mesmo, o desenvolvimento cognitivo para debater e defender os seus pontos de vista, registrando e executando em âmbito escolar as melhores discussões propostas.
- 7.30)** Utilizar mídias sociais e blogs, como ferramenta para a equipe gestora divulgar o projeto político-pedagógico, ampliar a discussão de conteúdos trabalhados em sala de aula e valorizar, para a comunidade, a produção dos alunos, além de interagir com outras instituições de ensino.
- 7.31)** Dotar as escolas municipais com recursos para desenvolver projetos na área de educação ambiental, propiciando ao aluno atividades variadas relativas ao ecossistema.

META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS:

- 8.1)** Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico

individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. */**/**

- 8.2) Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. **/**
- 8.3) Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. **/**
- 8.4) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. **/**
- 8.5) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude. **

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

- 9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. */**
- 9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. **
- 9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. */**
- 9.4) Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. *
- 9.5) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. **

- 9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade. **/**
- 9.7) Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde. **/**
- 9.8) Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. ***
- 9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.
- 9.10) Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. **/**
- 9.11) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. **/**

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

- 10.1) Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. **/**
- 10.2) Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. **/**
- 10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância. **/**

- 10.4)** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.5)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. */**/**
- 10.6)** Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. **/**
- 10.7)** Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. **/**
- 10.8)** Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 10.9)** Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.10)** Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. **/**

META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

- 11.1)** Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade

de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

- 11.2) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
- 11.3) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.
- 11.4) Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

- 12.1) Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior.
- 12.2) Assegurar ações de incentivo à mobilidade estudantil para as instituições de educação superior da região, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior. *
- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
- 12.4) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.
- 12.5) Assegurar, junto às instituições de ensino superior, novas parcerias e convênios no sentido do Polo da UAB ofertar novos cursos de graduação e/ou especializações, os quais apresentam demanda na região.

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS: Sem estratégias municipais. Meta específica dos entes federados responsáveis pela oferta da educação superior.

META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIAS:

- 14.1)** Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.
- 14.2)** Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município.

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

- 15.1)** Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. ***
- 15.2)** Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.
- 15.3)** Implantar política de formação continuada aos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. */***
- 15.4)** Fomentar a oferta da educação superior pública e gratuita, prioritariamente para a formação de professores para a educação básica com a finalidade de atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.
- 15.5)** Assegurar, no período de vigência da UAB/MEC, os padrões mínimos de qualidade fixada pelo governo federal com melhorias progressivas na estrutura dos laboratórios de informática, equipamentos e ampliação do acervo bibliográfico. *

- 15.6)** Captar, junto aos órgãos federais da educação, para ampliação da estrutura física do Polo da UAB. *

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

- 16.1)** Garantir, em regime de colaboração, que todos os professores da educação básica tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. */**/**
- 16.2)** Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. *
- 16.3)** Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. *

META 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS:

- 17.1)** Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público municipal da educação básica, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira. *

META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

- 18.1) Assegurar, que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 80% (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes da rede municipal de ensino, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede escolar a que se encontrem vinculados.
- 18.2) Assegurar acompanhamento dos profissionais iniciantes na rede municipal de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
- 18.3) Buscar a adesão à prova nacional na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública. */***
- 18.4) Assegurar aos profissionais do magistério municipal, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*.
- 18.5) Assegurar, na rede pública municipal, a existência de Comissão Permanente de profissionais do magistério, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional. *

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS:

- 19.1) Considerar, para a nomeação dos diretores de escolas municipais, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.
- 19.2) Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. */***
- 19.3) Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME.
- 19.4) Fortalecer as associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas

municipais e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

- 19.5) Fortalecer os conselhos escolares na rede municipal de ensino e o Conselho Municipal de Educação, visando dinamizar estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. ***
- 19.7) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal.
- 19.8) Assegurar, na rede municipal de ensino, a oferta de cursos de formação para os gestores escolares, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções. *

META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

- 20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais.
- 20.2) Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. *
- 20.3) Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. *
- 20.4) Implementar o custo aluno qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor.*
- 20.5) Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica. *

(*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Cruzeiro do Oeste, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as

prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

SITES CONSULTADOS

<http://www.consultaescolas.pr.gov.br>

<https://www.google.com.br/maps/place/Cruzeiro+do+Oeste,+PR>

<http://www2.mppr.mp.br/cid/cruzeiroeste.pdf>

www.inep.gov.br

http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>